

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 466

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA*

Lena Lavinas**
Eduardo Henrique Garcia***
Marcelo Rubens do Amaral****



330.908
I59
TDX 466

Rio de Janeiro, março de 1997

* Agradecemos ao prof. Octavio Tourinho pelas orientações metodológicas, ao prof. Thompson Andrade pelos comentários críticos e a Lilian Monteiro da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo pela gentileza na disponibilização de dados referentes às Contas Externas. A Marcelo Nicoll, estagiário da DIPES/IPEA, pela confecção dos mapas.

** Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e técnica da Diretoria de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DIPES/IPEA).

*** Mestrando em Economia e assistente de pesquisa da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

**** Estatístico, mestre em Engenharia Elétrica e assistente de pesquisa da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

9/14/97

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente
Fernando Rezende

DIRETORIA

Claudio Monteiro Considera
Luís Fernando Tironi
Gustavo Maia Gomes
Mariano de Matos Macedo
Luiz Antonio de Souza Cordeiro
Murilo Lôbo

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA C D B TOMBO N.º 22259-3 DATA 29 / 4 / 97
--

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 350 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro - RJ:

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 — 14º andar - CEP 20020-010
Tel.: (021) 220-5533 - Fax: (021) 240-1920

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10º andar - CEP 70076-900
Telefax: (061) 315-5314

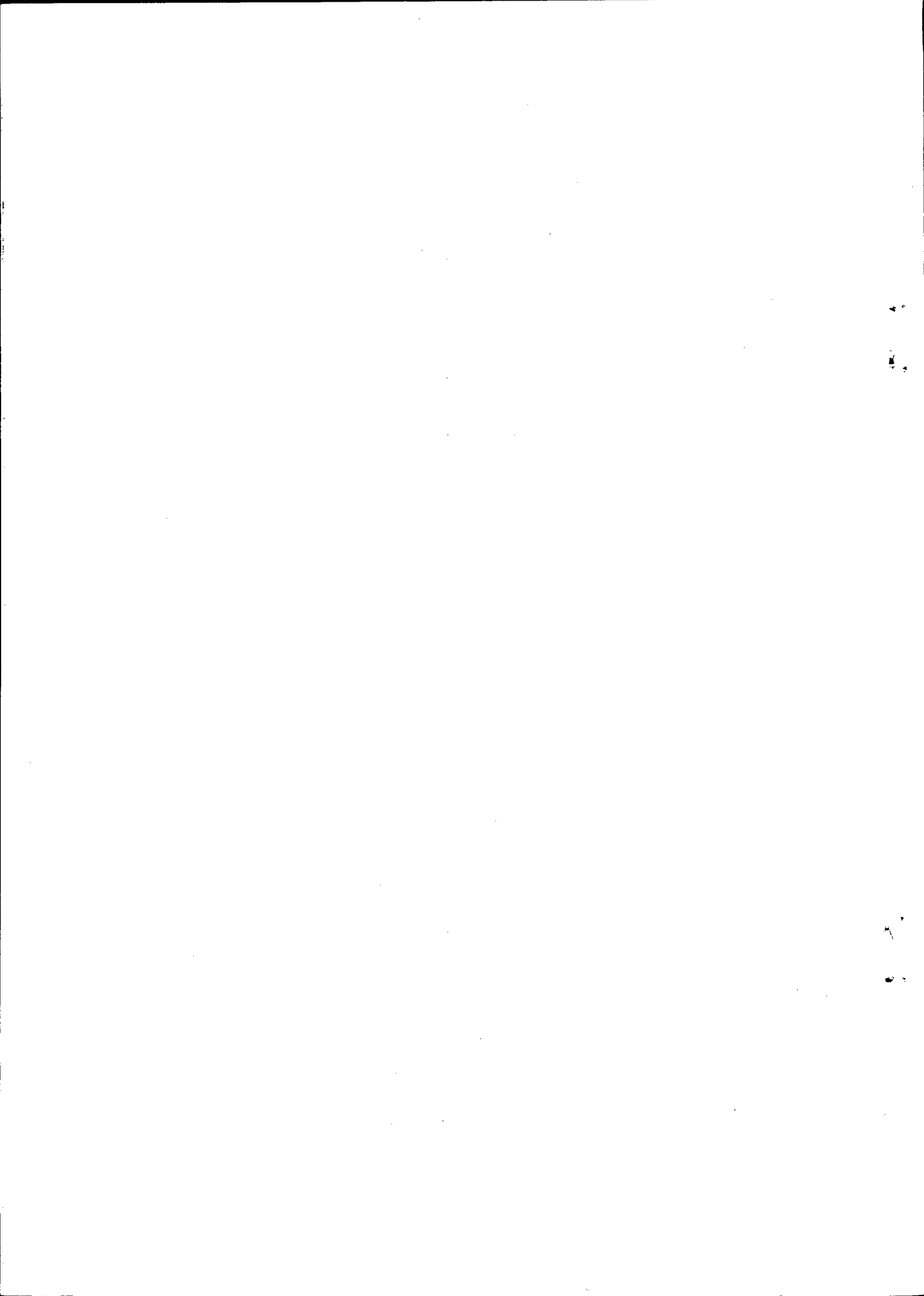
SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - INDICADORES SOCIAIS: DIFERENCIAIS INTERNOS IMPORTANTES	10
3 - INDICADORES ECONÔMICOS	14
4 - BREVES CONCLUSÕES	30
ANEXO	32
BIBLIOGRAFIA	37

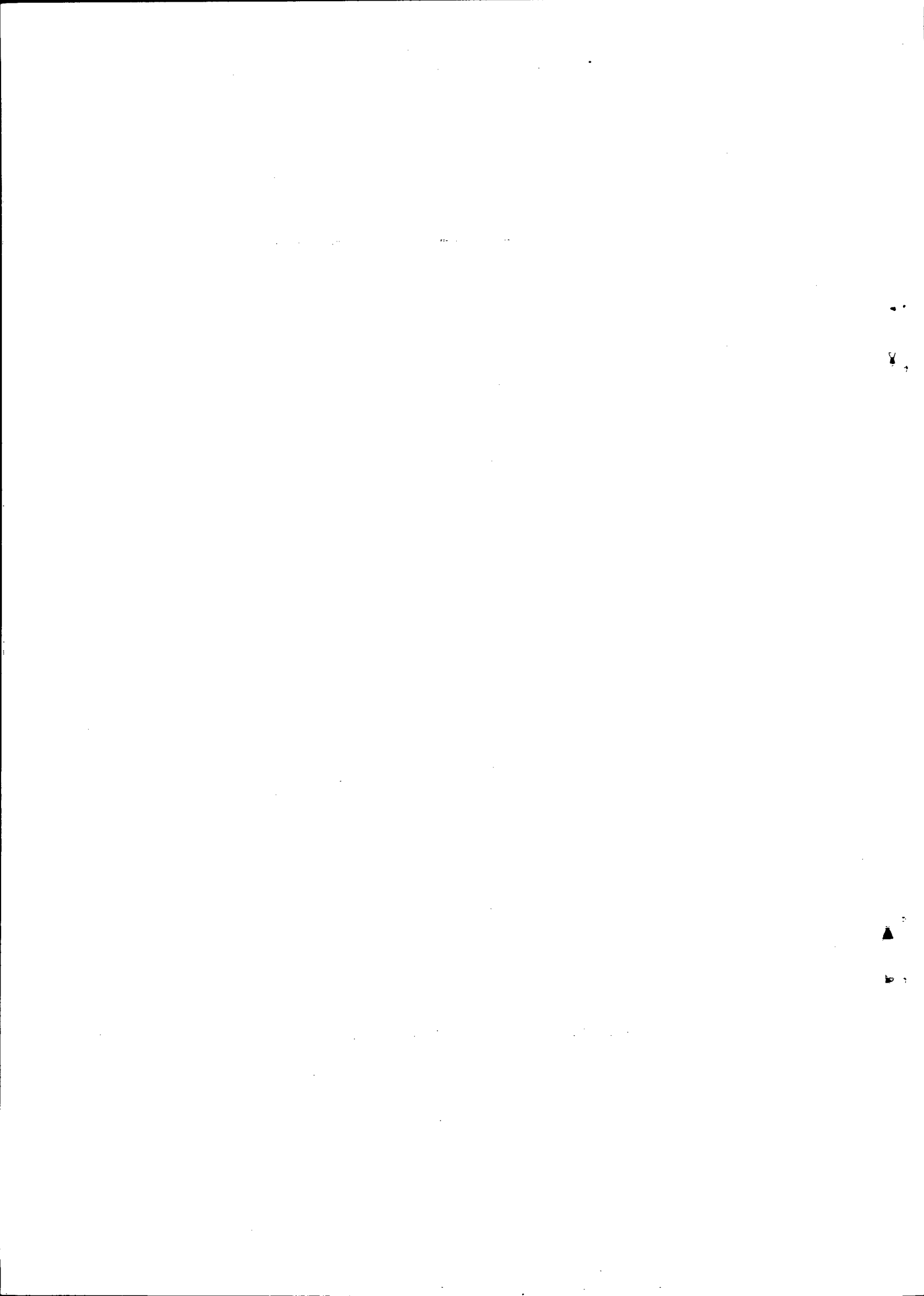




RESUMO

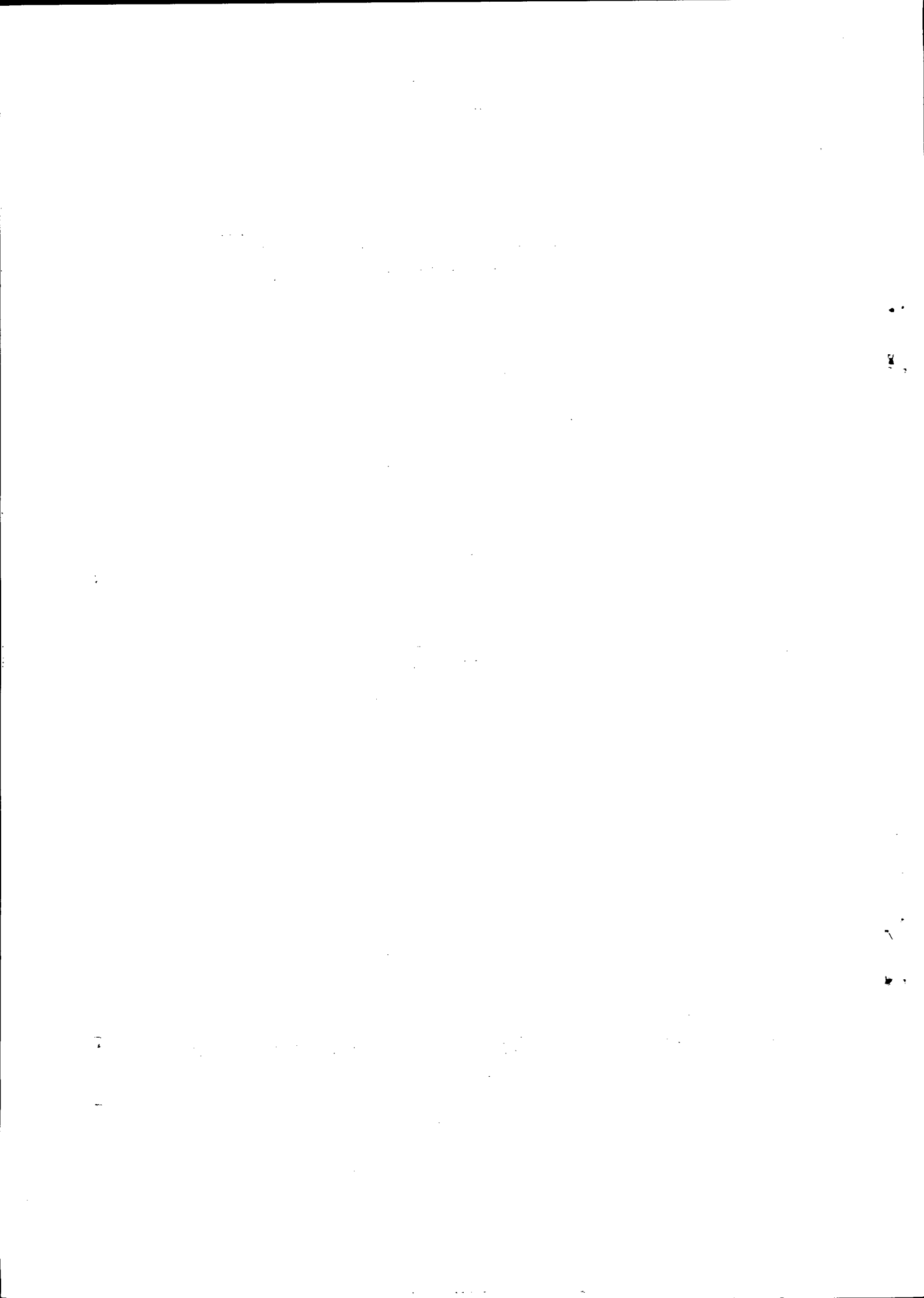
Este artigo apresenta um quadro geral da evolução das desigualdades regionais entre os estados e regiões brasileiras longo do período 1985/95, através da análise de indicadores sociais e econômicos. A partir de tais indicadores constata-se tendência ao aumento da dispersão das rendas estaduais, sobretudo após 1992, apontando para o recrudescimento das desigualdades entre unidades da Federação. A avaliação do desempenho econômico se dá com base na evolução dos PIBs nominais estaduais (ao setoriais) e da balança comercial. Numa década de crescimento medíocre algumas regiões periféricas parecem estar redefinindo sua inserção ao nível do comércio internacional, como é o caso do Norte e do Centro-Oeste. O Nordeste evidencia forte estagnação no período analisado, não se integrando ao Mercosul, que favorece primordialmente os estados das regiões Sul e Sudeste, destacadamente São Paulo. Assim, podemos indicar o risco de que novas trajetórias de crescimento possam vir a ser abortadas por carecerem de condições mínimas de sustentação, como já ocorrido no passado recente.





ABSTRACT

This article presents a general framework for understanding the evolution of interregional and interstate inequalities in Brazil from 1985, via analysis of social and economic indicators. A tendency for growth in differences in regional incomes, especially after 1992, points to a return of inequalities between states. Evaluation of the economic performance emerges from the evolution of PNB by state (for sectors) and of trade balance. In a decade of slow growth, certain peripheral regions appear to be redefining their roles in international trade, as in the cases of the North and Center-West. The Northeast evidences stagnation in the period under consideration, with little integration into Mercosul, which favors states in the South and Southeast, especially São Paulo. It can thus be seen that a risk exists that new growth trajectories may be stillborn where regions lack the minimal conditions to sustain them, as occurred in the recent past.



1 - INTRODUÇÃO

Há mais ou menos 40 anos, instituíam-se no Brasil o planejamento regional, através da criação da Sudene, com o objetivo de corrigir as desigualdades espaciais que se ampliavam por todo o território à medida que avançava o processo de constituição do mercado interno alavancado pela industrialização do país. A consciência de que não seria tolerável conviver com diferenciais agudos de nível de desenvolvimento levou a que se forjassem estratégias de desconcentração produtiva, mediante grandes investimentos públicos, em direção às áreas mais pobres e menos dinâmicas do país. O Estado brasileiro liderou tal iniciativa, articulando e responsabilizando-se também pela implementação de políticas que pudessem integrar as regiões periféricas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — ao ritmo intenso de crescimento do Centro-Sul.

O resultado mostrou-se satisfatório sob vários aspectos: por exemplo, a redução constante da participação de São Paulo e da região Sudeste — a mais desenvolvida — no PIB nacional e o aumento da participação dos estados periféricos, uma crescente convergência de rendas entre estados brasileiros entre 1970 e 1985, a diversificação das estruturas produtivas de cada região. Entretanto, isso não foi suficiente para extinguir ou pelo menos atenuar sensivelmente as disparidades socioeconômicas inter-regionais. Mais preocupante ainda é observar que os anos 90 apontam contratendência de recrudescimento das desigualdades de renda entre os estados brasileiros, coincidente com o movimento de abertura da economia brasileira, a maior retração do Estado, não apenas na área dos investimentos públicos, mas também e sobretudo na da regulação econômica, a profunda e abrangente reestruturação produtiva em curso e o aumento da concorrência entre estados e regiões na disputa pelo investimento privado.

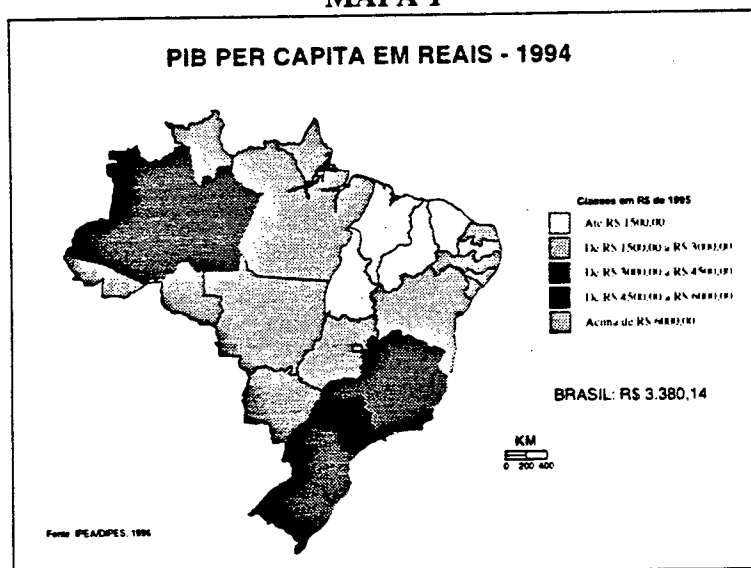
Nossa intenção neste trabalho é apresentar um quadro sintético acerca da evolução recente do quadro de desigualdades regionais no país com base em alguns indicadores sociais e econômicos relativos à última década (1985/95) [ver Lavinias e Magina (1996)]. As estatísticas para o produto interno bruto por unidade da Federação foram elaboradas também no IPEA [Silva *et alii* (1996)]. Tais informações evidenciam tendência à dispersão das rendas interestaduais no final da década de 80¹. Vamos igualmente analisar o desempenho econômico de estados e regiões, com ênfase na sua participação no comércio exterior, em particular nas trocas dentro do Mercosul. A idéia é apreender se globalização e regionalização estão contribuindo e como para estimular o crescimento econômico, redefinindo a inserção produtiva do centro e da periferia. Finalmente, vamos mencionar elementos que nos parecem indispensáveis à formulação de novas políticas regionais, voltadas para a equalização no território brasileiro das condições de desenvolvimento (infra-estrutura) e bem-estar.

¹ Vamos apresentar aqui os resultados que constam do artigo de Lavinias, Garcia e Amaral (1996), a ser publicado na revista do Banco Nacional do Nordeste.

2 - INDICADORES SOCIAIS: DIFERENCIAIS INTERNOS IMPORTANTES

O Mapa 1 dá uma idéia do enorme desequilíbrio de renda **per capita** que existe no Brasil em 1994. Como vemos, é Brasília, capital do país, que detém o maior PIB **per capita** anual, estimado em R\$ 7.800,00 em 1994 (valores expressos em reais de 1995). Este valor é cinco vezes maior que aquele registrado nos cinco estados mais pobres da Federação, a saber: Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte (calculado em R\$ 1.500,00). Os estados do Centro-Sul, juntamente com o Amazonas,² situam-se na faixa de renda entre R\$ 3.000,00 e R\$ 6.000,00. Ao conjunto dos três padrões de renda mais elevados, corresponde uma população de 92,3 milhões de habitantes. Recebendo uma renda média **per capita** inferior a R\$ 3.000,00/ano, encontram-se 61,4 milhões de brasileiros, na sua grande maioria (com exceção dos brasilienses e dos amazonenses) habitantes das áreas periféricas. O diferencial de renda entre o Piauí, o estado mais pobre da Federação, e Brasília é 0,13.

MAPA 1



Fonte: Lavinás e Magina (1996).

O que inferir quanto à evolução da variância dos PIBs **per capita** estaduais na última década, de grande instabilidade e crescimento praticamente nulo em nível nacional?

Com base na Tabela 1, que apresenta os valores em reais de 1995 do PIB nominal **per capita** a custo de fatores para os anos de 1985/94, elaboramos um índice de variância ano a ano entre estados da Federação (Gráfico 1). Observa-se que até 1989, a tendência de convergência, prevalecente desde a década de 70, como

² Considerando-se que o valor médio dos rendimentos é sempre mais elevado na indústria que nos demais setores, o que explica a inserção do Amazonas na classe de renda do Centro-Sul é justamente o peso regional que aí tem o setor industrial.

DESGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

comprovado em vários trabalhos [ver Ferreira e Diniz (1995) e Gomes e Vergolino (1995)], mantém-se, mas num ritmo quase estacionário. A partir de 90, a inflexão da curva ajustada explicita mudança nítida na tendência, com a retomada de um comportamento divergente, notadamente a partir de 1992, quando os valores do índice passam a situar-se acima de 1. O aumento da dispersão estaria ocorrendo de forma mais intensa, rompendo com o padrão dominante anterior de convergência de rendas estaduais no Brasil, ampliando assim, tendencialmente, os desequilíbrios inter-regionais.

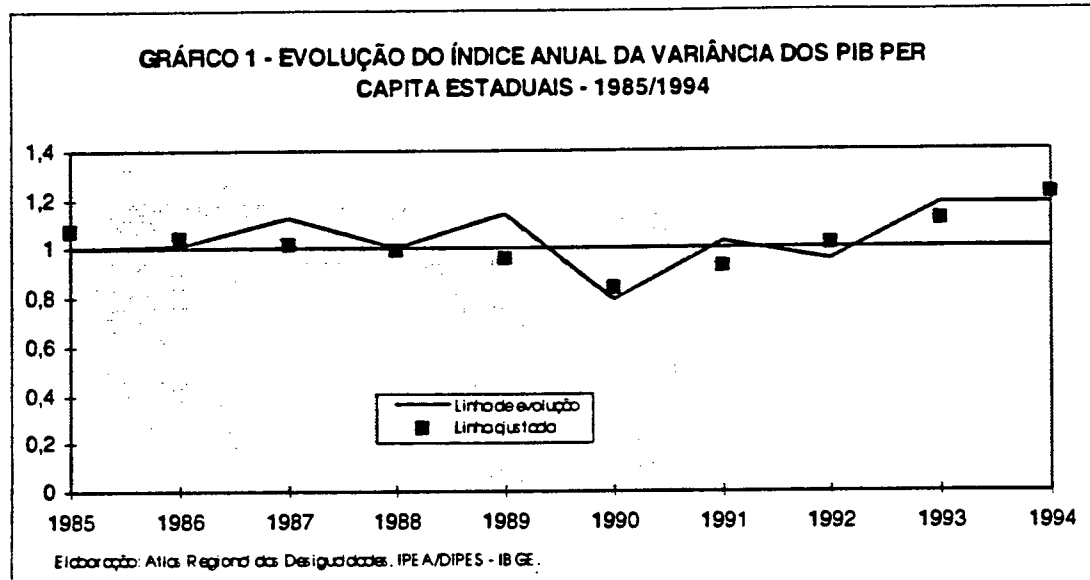
Tabela 1
PIB Nominal Regional per capita - 1985/94

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Brasil	3.376,62	3.523,85	3.650,01	3.483,67	3.515,27	3.146,07	3.330,70	3.253,21	3.310,19	3.380,14
Região Norte	2.368,34	2.515,74	2.635,90	2.554,65	2.672,82	2.340,68	2.381,79	2.173,58	2.259,06	2.299,94
Rondônia	2.785.40	2.521.39	2.554.54	2.400.26	2.458.23	2.298.69	2.525.91	2.188.72	2.089.37	1.976.26
Acre	1.858.96	1.886.58	1.951.72	2.051.11	2.453.93	2.198.91	2.319.88	2.365.14	2.184.18	2.369.18
Amazonas	3.678.54	3.787.83	3.990.74	3.984.96	3.900.35	3.546.80	3.241.30	2.978.01	3.212.33	3.180.89
Roraima	2.145.82	2.586.13	2.611.30	2.992.19	2.997.06	2.689.39	2.345.61	2.132.95	2.289.31	2.213.09
Pará	2.088.22	2.316.41	2.431.99	2.286.29	2.495.38	2.084.43	2.236.13	2.032.99	2.121.96	2.221.69
Amapá	2.423.88	2.782.91	3.303.71	3.323.30	3.267.65	2.889.56	2.662.61	2.314.68	2.609.89	2.683.65
Tocantins	820.97	950.01	900.66	838.07	928.18	823.46	965.84	948.19	948.60	992.81
Região Nordeste	1.616,09	1.718,67	1.771,58	1.693,15	1.732,65	1.522,73	1.628,65	1.564,10	1.640,44	1.635,13
Maranhão	1.004.41	1.190.61	1.201.87	1.207.74	1.203.57	1.071.50	1.071.87	1.014.76	1.107.89	1.162.64
Piauí	816.20	924.69	910.48	899.82	885.54	879.31	852.00	757.29	908.16	919.27
Ceará	1.279.06	1.371.16	1.381.95	1.319.02	1.323.47	1.209.28	1.404.25	1.392.11	1.425.29	1.417.75
R. G. do Norte	1.843.09	2.022.44	2.340.18	2.248.75	2.312.49	1.734.53	2.010.19	1.757.41	1.866.92	1.970.80
Paraíba	1.058.07	1.149.42	1.240.22	1.101.53	1.159.13	1.143.44	1.224.09	1.153.15	1.211.26	1.220.98
Pernambuco	1.682.16	1.741.86	1.872.82	1.799.00	1.935.02	1.643.20	1.883.55	1.767.55	1.814.15	1.765.59
Alagoas	1.479.90	1.399.00	1.592.84	1.398.90	1.509.80	1.569.80	1.532.05	1.493.71	1.485.35	1.511.40
Sergipe	2.386.39	2.787.31	2.940.61	2.583.26	2.705.67	2.520.16	2.458.96	2.412.41	2.238.46	2.156.33
Bahia	2.237.45	2.322.28	2.272.64	2.208.43	2.200.30	1.871.33	1.943.64	1.916.32	2.056.82	2.025.52
Região Sudeste	4.628,77	4.802,75	5.010,74	4.798,18	4.822,40	4.302,34	4.601,47	4.463,43	4.398,29	4.490,83
Minas Gerais	3.012.92	3.092.35	3.154.65	3.039.44	3.086.02	2.732.57	2.936.62	2.945.20	3.063.58	3.120.61
Espírito Santo	3.316.72	3.591.87	3.170.34	3.192.59	3.343.09	2.865.39	3.080.03	3.014.58	3.143.93	3.156.79
Rio de Janeiro	4.346.71	4.679.78	4.964.79	4.478.29	4.577.38	4.017.97	4.313.30	4.090.03	4.449.15	4.831.07
São Paulo	5.689.16	5.829.54	6.125.21	5.952.39	5.918.36	5.322.34	5.672.78	5.485.86	5.140.43	5.139.69
Região Sul	3.778,68	3.899,84	3.921,95	3.608,52	3.603,91	3.295,67	3.374,68	3.589,93	3.834,71	3.983,42
Paraná	3.448.43	3.543.81	3.650.19	3.310.04	3.260.80	3.010.37	3.276.80	3.519.53	3.781.01	4.047.15
Santa Catarina	3.740.46	3.976.99	3.885.82	3.669.66	3.632.15	3.296.22	3.187.42	3.413.43	3.607.31	3.750.58
R. G. do Sul	4.111.69	4.199.64	4.195.56	3.858.27	3.909.96	3.560.21	3.558.25	3.742.84	3.997.92	4.042.40
Região Centro-Oeste	2.931,88	3.203,99	3.401,90	3.442,66	3.505,85	3.259,82	3.454,15	3.196,22	3.525,71	3.650,90
Mato Grosso	2.170.10	2.753.02	2.789.51	2.970.86	3.047.77	2.769.06	3.174.30	2.896.75	3.083.49	2.983.27
Mato Grosso do Sul	2.802.69	3.088.40	3.128.56	3.063.25	2.849.31	2.690.60	2.815.86	2.644.17	2.809.53	2.868.18
Goiás	2.402.49	2.643.97	2.784.46	2.666.00	2.489.30	2.501.89	2.691.52	2.448.43	2.676.52	2.689.36
Distrito Federal	5.305.93	5.282.26	5.989.17	6.401.31	7.394.59	6.426.59	6.488.22	6.108.07	7.064.26	7.808.66

Fonte: IPEA/DIPES, 1996.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE.

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995.



Além desses grandes diferenciais de renda interestaduais que permanecem e parecem agravar-se, subsistem outros não menos importantes pois dizem respeito ao nível de educação da população, à amplitude da pobreza etc.

Hoje no Brasil o grau de escolaridade³ médio da população com mais de 15 anos de idade é de 5,4 anos de estudo, ou seja, o equivalente ao curso primário completo (quatro anos) mais um ano e meio, o que é absolutamente insuficiente em meio a mudanças tecnológicas estruturais no mercado de trabalho e na vida em geral. Em nenhum estado brasileiro a população tem em média o primeiro grau completo (oito anos). Regionalmente, as diferenças são flagrantes, como mostra o Mapa 2, em detrimento evidentemente das regiões mais pobres, em particular o Nordeste.

Do ponto de vista da taxa de analfabetismo,⁴ por exemplo, as melhoras alcançadas estão longe de anunciar sua breve erradicação. O Gráfico 2, que cruza o ritmo de redução anual da taxa de analfabetismo por estado da Federação com sua proporção para o ano de 1995, revela a gravidade da situação nos estados menos desenvolvidos. No Nordeste, persiste um percentual elevado de pessoas que não sabem ler nem escrever (entre 17 e 27% na média). Como mostra o gráfico, Santa Catarina e Rio de Janeiro, dois estados onde a taxa de analfabetismo já é das mais baixas, são aqueles que conseguem reduzi-la mais rapidamente, o que, evidentemente, não contribui para diminuir os diferenciais regionais na proporção e na velocidade desejadas. O caso do Pará, que registra uma taxa de analfabetismo crescente, constitui-se certamente num erro de amostragem freqüente na região Norte e não deve ser considerado na leitura do eixo Y. Os maiores diferenciais na proporção de analfabetos encontram-se entre as áreas urbana e rural.

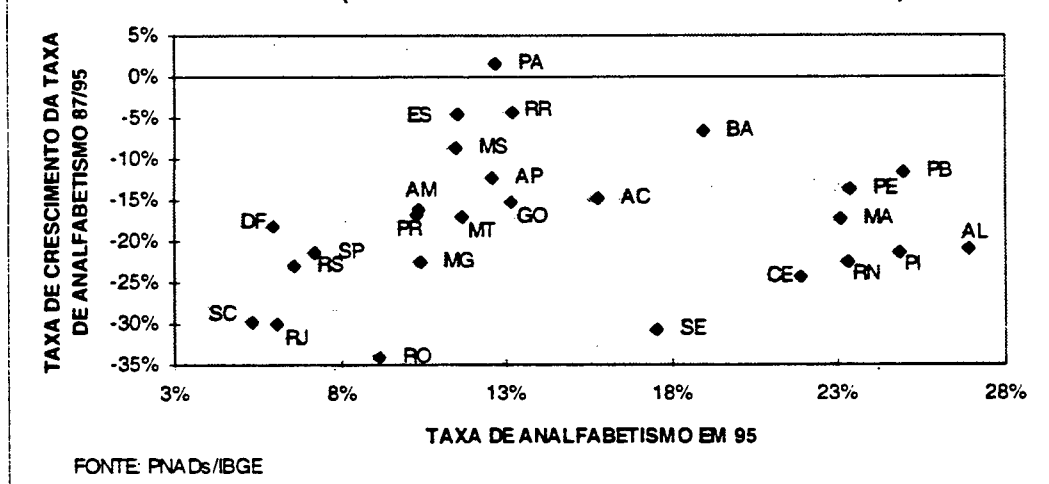
³ Número médio de anos de estudo concluídos.

⁴ População com mais de 10 anos que não sabe ler nem escrever.

MAPA 2



GRÁFICO 2 - TAXA DE ANALFABETISMO URBANA DOS ESTADOS BRASILEIROS - (VALOR DE 95 x TAXA DE CRESCIMENTO 87/95)



A ausência de uma espacialização das políticas sociais, que contemple prioritariamente as regiões mais desfavorecidas do ponto de vista dos indicadores sociais, e o avanço do processo de descentralização fiscal, consubstanciado pela Constituição de 1988, delegando a estados e municípios novas competências na formulação, execução e acompanhamento das políticas sociais antes nas mãos do governo federal explicam em parte a lentidão com que se reduzem os diferenciais espaciais de bem-estar inter-regionalmente. A primeira por não contribuir para um tratamento mais efetivo do problema social ao ignorar suas distintas dimensões no território. Seria legítimo priorizar as áreas mais carentes na formulação de programas especiais de grande mobilização e rigoroso acompanhamento. E as zonas rurais certamente deveriam ser objeto dessa prioridade, notadamente no Nordeste.

Quanto à descentralização político-fiscal, passado o impacto inicial onde a atribuição de responsabilidades para os níveis subnacionais gerou disfunções relativamente importantes no atendimento à população — caso, por exemplo, do sistema público de saúde — SUS —, o que se vê é uma capacidade bastante diferenciada de estados e municípios para responder à demanda crescente por mais e melhores serviços. A crise fiscal dos estados no Brasil hoje é profunda. O nível de endividamento da grande maioria é extremamente elevado (em média 5,60% do PIB dos estados em 1994), alcançando até percentuais superiores a 10% do PIB em muitos estados (dívida fundada/PIB).

O gasto social **per capita** para funções como saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo aumenta mais rapidamente nos estados mais ricos do que nos estados mais pobres da Federação, embora estes tenham sido muito mais aquinhoados do que aqueles com o aumento das transferências correntes propiciado pela Constituição. O problema não se resume unicamente ao volume de recursos, mas compreende também sua alocação. O que se observa é que mesmo quando se obtém a ampliação da capacidade de autofinanciamento de estados e municípios com base na elevação de sua arrecadação própria e, paralelamente, aumentam-se as transferências da União para outros níveis de governo, redistribuindo assim meios e, portanto, novas condições para enfrentar desafios no plano local, nem por isso está assegurada a descentralização. Embora a autonomia de estados (26) e municípios (mais de 5.000) para orçar, gerir, gastar e acompanhar despesas seja preceito constitucional no Brasil, poucos parecem de fato preparados para enfrentar esse problema [ver Lavinias (1996)].

3 - INDICADORES ECONÔMICOS

Servindo-nos agora das informações disponíveis sobre os PIBs estaduais nominais a custo de fatores, cujos valores brutos deflacionados para 1995 encontram-se na Tabela 2, podemos fazer algumas observações sobre a evolução recente da dinâmica econômica dos estados brasileiros. A isso vamos associar a leitura da Tabela 4. Ela fornece as taxas de crescimento da curva ajustada⁵ dos PIB estaduais e regionais, inclusive por setor de atividade.

A constatação mais evidente é de que, nesta década de profunda instabilidade econômica, praticamente sem crescimento — o PIB nacional cresceu 17% no período — o melhor desempenho coube, de fato, aos estados do Centro-Oeste, muito provavelmente em decorrência de maior inserção das suas exportações no mercado internacional, assunto que abordaremos a seguir. A Tabela 3 que arrola a participação de cada estado e macrorregião no PIB nacional indica que, **grosso modo**, a década em análise foi benéfica ao Centro-Oeste, que amplia em quase dois pontos percentuais sua presença nas Contas Nacionais entre 1985 e 1994. Esse movimento estendeu-se ao conjunto dos estados da região, de forma mais ou menos constante. Já o Sudeste destaca-se por ter mantido tendência de redução da

⁵ Utilizamos para o cálculo da tendência a função Proj.log, que ajusta os dados para uma curva exponencial.

sua participação que cai praticamente nas mesmas proporções, ou seja, 2,5%. Tal comportamento regional explica-se sobretudo pela dinâmica do Estado de São Paulo, que nos dois últimos anos da série, perde 3% no PIB nacional. Quanto às demais regiões — Norte, Nordeste e Sul — observam-se variações praticamente nulas, apesar de muitas oscilações.

Vale a pena apontar que das três regiões cujo comportamento mostrou-se quase estacionário, o Sul distingue-se por registrar inflexão na curva de crescimento do PIB de descendente para ascendente a partir de 1991, quando torna-se vigente o Mercosul.

Do ponto de vista da participação dos PIBs estaduais, cabe assinalar o movimento do PIB baiano, que acusa ligeira retração, e do PIB fluminense, que amplia levemente sua presença nacionalmente.

Não houve, entretanto, mudanças no *ranking* dos sete maiores PIBs estaduais. Aumentou, porém, a concentração de renda regional: se, em 1985, sete estados brasileiros, — a saber São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina — detinham 2/3 da riqueza produzida no país, em 1994 tal percentual sobe para 77,3%.

Vamos agora acompanhar a evolução setorial do PIB (Tabela 4). Do ponto de vista das dinâmicas setoriais, constata-se que a agropecuária foi bastante afetada nos anos 1987 e 1991, só mais recentemente recuperando uma trajetória de crescimento. Além disso, verifica-se um movimento bastante diferenciado regionalmente: por um lado, perda de participação relativa importante da região Sul no setor (caindo de 27% em 1985 para 23,1% em 1994), tendo sido o Paraná o estado mais prejudicado pelos efeitos decorrentes da desregulamentação das políticas públicas na agricultura e da abertura econômica. Por outro, dois movimentos de expansão: o expressivo aumento do PIB agropecuário de São Paulo [6,8% a.a.(Tabela 4)], compensando regionalmente a retração mais marcada de crescimento em Minas Gerais; e o crescimento dos PIBs nordestinos — com destaque particular para Pernambuco e Rio Grande do Norte — e nortista. Em 1994, o Nordeste alcança participação regional semelhante ao Sul no interior da produção agrícola e pecuária nacional (22,5 e 23,1%),⁶ quando 10 anos antes tais percentuais eram respectivamente de 20,79 e 27,04%. Cabe registrar que o PIB agropecuário da região Centro-Oeste pouco varia, pois o crescimento da produção vem-se dando com base em produtos de maior valor agregado, embora oriundos da agricultura.

⁶ Embora percentualmente, os valores do PIB agropecuário sejam próximos em 1994 — R\$ 16.6 bilhões para o Nordeste e R\$ 17 bilhões para o Sul —, de fato, este setor possui características radicalmente distintas entre ambas as regiões. No Sul, a agricultura é muito mais integrada do ponto de vista produtivo (cadeias agroalimentares) e do mercado, o que não ocorre no Nordeste.

Tabela 2
PIB Regional - 1985/94

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Brasil	445.641.432.244	474.496.783.403	501.027.957.693	487.083.641.449	500.246.661.779	455.311.510.309	489.859.056.993	485.890.713.888	501.731.095.646	519.613.853.823
Região Norte	19.424.221.405	21.454.130.386	23.320.227.773	23.398.784.002	25.297.658.637	22.854.802.154	23.958.691.916	22.494.310.214	24.013.199.768	25.068.420.444
Roraima	2.201.932.849	2.148.852.888	2.331.215.808	2.331.720.445	2.529.003.391	2.492.823.953	2.875.682.971	2.606.486.610	2.594.350.318	2.551.779.584
Acre	661.112.492	692.065.055	737.322.011	796.775.734	978.788.400	899.280.340	971.491.052	1.012.932.344	955.567.306	1.057.793.198
Amazonas	6.416.336.555	6.852.252.670	7.471.913.281	7.707.185.637	7.778.221.308	7.280.294.261	6.836.896.806	6.445.268.518	7.123.659.580	7.219.215.139
Roraima	308.491.577	406.228.547	444.171.193	546.957.362	584.926.642	557.179.428	513.289.638	490.866.047	551.950.193	557.219.356
Pará	8.614.438.299	9.900.438.640	10.748.091.563	10.428.612.358	11.727.274.229	10.075.698.421	11.100.143.409	10.348.578.023	11.061.382.737	11.846.457.669
Amapá	553.924.937	666.528.709	826.722.486	866.425.214	885.251.797	811.435.125	773.289.720	693.818.150	805.899.759	852.319.287
Tocantins	667.984.696	787.763.877	760.791.430	721.107.252	814.192.869	738.090.626	887.898.320	896.360.523	920.389.875	983.636.212
Região Nordeste	62.056.363.491	67.265.976.292	70.617.247.388	68.684.533.474	71.477.204.333	63.832.660.661	69.326.435.125	67.560.319.011	71.856.399.831	72.593.472.016
Maranhão	4.451.801.598	5.384.054.067	5.540.503.081	5.671.039.028	5.751.900.166	5.207.550.143	5.293.594.190	5.088.963.739	5.637.954.006	6.000.351.250
Piauí	1.914.664.845	2.208.572.711	2.212.573.454	2.223.264.068	2.223.031.215	2.241.203.953	2.203.373.287	1.985.858.053	2.413.363.168	2.474.316.664
Ceará	7.407.738.273	8.083.405.139	8.287.157.669	8.040.285.885	8.194.971.726	7.601.019.984	8.954.028.020	8.999.180.282	9.335.436.092	9.404.031.291
R. G. do Norte	3.943.564.166	4.427.967.563	5.237.488.551	5.139.599.955	5.392.234.070	4.122.417.192	4.865.125.086	4.327.602.252	4.673.775.236	5.012.538.549
Paraíba	3.143.840.122	3.462.913.380	3.786.732.253	3.406.812.957	3.629.628.880	3.623.226.591	3.923.192.640	3.736.421.574	3.966.062.905	4.038.502.788
Pernambuco	11.106.965.268	11.666.155.357	12.716.595.697	12.377.889.196	13.484.047.002	11.590.852.856	13.442.391.123	12.756.658.795	13.234.454.562	13.014.355.298
Alagoas	3.301.139.934	3.192.218.939	3.714.125.506	3.330.118.702	3.665.828.808	3.883.916.273	3.859.053.235	3.827.335.546	3.868.424.494	3.998.290.859
Sergipe	3.112.542.966	3.729.788.624	4.032.177.888	3.625.540.163	3.882.407.924	3.693.127.355	3.676.255.121	3.675.968.218	3.473.272.827	3.404.371.638
Bahia	23.674.106.319	25.110.900.514	25.089.893.289	24.869.983.520	25.253.154.543	21.869.346.315	23.109.422.425	23.162.330.552	25.253.656.540	25.246.713.679
Região Sudeste	263.242.630.809	278.222.221.536	295.456.543.315	287.767.845.318	293.964.327.016	266.370.774.687	289.154.185.694	284.491.987.095	284.174.108.604	293.968.169.789
Minas Gerais	43.633.574.748	45.487.330.044	47.105.143.928	46.044.115.836	47.402.027.936	42.533.544.709	46.294.215.320	46.998.315.690	49.461.059.320	50.951.347.768
Espírito Santo	7.604.463.089	8.434.795.521	7.617.002.478	7.839.533.443	8.381.579.119	7.327.420.875	8.025.994.338	7.997.588.531	8.484.470.384	8.659.834.283
Rio de Janeiro	52.156.825.230	56.836.003.333	61.005.165.936	55.650.216.617	57.501.871.436	51.003.044.394	55.302.402.594	52.946.227.362	58.129.416.610	63.684.671.813
São Paulo	159.847.767.743	167.464.092.638	179.729.230.973	178.233.979.423	180.678.848.525	165.506.764.709	179.531.573.441	176.549.855.512	168.099.162.290	170.672.315.926
Região Sul	77.376.639.921	81.019.936.843	82.621.775.079	77.044.721.367	77.944.104.102	72.163.513.082	74.773.820.458	80.451.531.083	86.878.130.755	91.199.780.164
Paraná	27.628.084.558	28.671.536.643	29.813.436.852	27.283.346.064	27.116.904.192	25.248.365.950	27.708.888.735	29.996.991.663	32.470.958.380	35.012.427.952
Santa Catarina	15.165.837.851	16.474.558.737	16.430.894.538	15.824.573.052	15.959.552.723	14.744.896.540	14.503.476.874	15.786.700.441	16.944.524.906	17.882.111.934
R. G. do Sul	34.582.717.511	35.873.841.463	36.377.443.690	33.936.802.252	34.867.647.187	32.170.250.593	32.561.454.850	34.667.838.980	37.462.647.469	38.305.240.279
Região Centro-Oeste	23.541.576.618	26.534.518.346	29.012.164.138	30.187.757.288	31.563.367.691	30.089.759.725	32.645.923.800	30.892.566.485	34.809.256.688	36.784.011.409
Mato Grosso	3.388.168.789	4.407.079.429	4.573.247.419	4.982.528.363	5.223.425.162	4.844.436.454	5.663.192.166	5.265.207.957	5.704.952.420	5.614.119.141
Mato Grosso do Sul	4.353.663.398	5.061.469.583	5.388.663.651	5.525.892.599	5.366.228.103	5.274.748.280	5.730.935.185	5.573.402.009	6.119.653.469	6.444.106.604
Goiás	8.504.627.833	9.587.875.071	10.332.512.567	10.112.601.473	9.642.198.988	9.885.928.024	10.838.747.186	10.039.431.797	11.165.076.002	11.405.079.591
Distrito Federal	7.295.116.598	7.478.094.263	8.717.740.501	9.566.734.852	11.331.515.439	10.084.646.967	10.413.049.262	10.014.524.721	11.819.574.798	13.320.706.074

Fontes: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE. PIB Nominal a Custo de Fatores.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE.

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995.

Tabela 3
Participação Relativa de Estados e Regiões no PIB Brasileiro - 1985/94 (Em %)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Brasil (PIB total)	445.641.432.244	474.496.783.403	501.027.957.693	487.083.641.449	500.246.661.779	455.311.510.309	489.859.056.993	485.890.713.888	501.731.095.646	519.613.853.823
Região Norte	4,36	4,52	4,65	4,80	5,06	5,02	4,89	4,63	4,79	4,82
Rondônia	0,49	0,45	0,47	0,48	0,51	0,55	0,59	0,54	0,52	0,49
Acre	0,15	0,15	0,15	0,16	0,20	0,20	0,20	0,21	0,19	0,20
Amazonas	1,44	1,44	1,49	1,58	1,55	1,60	1,40	1,33	1,42	1,39
Roraima	0,07	0,09	0,09	0,11	0,12	0,12	0,10	0,10	0,11	0,11
Pará	1,93	2,09	2,15	2,14	2,34	2,21	2,27	2,13	2,20	2,28
Amapá	0,12	0,14	0,17	0,18	0,18	0,18	0,16	0,14	0,16	0,16
Tocantins	0,15	0,17	0,15	0,15	0,16	0,16	0,18	0,18	0,18	0,19
Região Nordeste	13,93	14,18	14,09	14,10	14,29	14,02	14,15	13,90	14,32	13,97
Maranhão	1,00	1,13	1,11	1,16	1,15	1,14	1,08	1,05	1,12	1,15
Piauí	0,43	0,47	0,44	0,46	0,44	0,49	0,45	0,41	0,48	0,48
Ceará	1,66	1,70	1,65	1,65	1,64	1,67	1,83	1,85	1,86	1,81
R. G. do Norte	0,88	0,93	1,05	1,06	1,08	0,91	0,99	0,89	0,93	0,96
Paraíba	0,71	0,73	0,76	0,70	0,73	0,80	0,80	0,77	0,79	0,78
Pernambuco	2,49	2,46	2,54	2,54	2,70	2,55	2,74	2,63	2,64	2,50
Alagoas	0,74	0,67	0,74	0,68	0,73	0,85	0,79	0,79	0,77	0,77
Sergipe	0,70	0,79	0,80	0,74	0,78	0,81	0,75	0,76	0,69	0,66
Bahia	5,31	5,29	5,01	5,11	5,05	4,80	4,72	4,77	5,03	4,86
Região Sudeste	59,07	58,64	58,97	59,08	58,76	58,50	59,03	58,55	56,64	56,57
Minas Gerais	9,79	9,59	9,40	9,45	9,48	9,34	9,45	9,67	9,86	9,81
Espírito Santo	1,71	1,78	1,52	1,61	1,68	1,61	1,64	1,65	1,69	1,67
Rio de Janeiro	11,70	11,98	12,18	11,43	11,49	11,20	11,29	10,90	11,59	12,26
São Paulo	35,87	35,29	35,87	36,59	36,12	36,35	36,65	36,34	33,50	32,85
Região Sul	17,36	17,07	16,49	15,82	15,58	15,85	15,26	16,56	17,32	17,55
Paraná	6,20	6,04	5,95	5,60	5,42	5,55	5,66	6,17	6,47	6,74
Santa Catarina	3,40	3,47	3,28	3,25	3,19	3,24	2,96	3,25	3,38	3,44
R. G. do Sul	7,76	7,56	7,26	6,97	6,97	7,07	6,65	7,13	7,47	7,37
Região Centro-Oeste	5,28	5,59	5,79	6,20	6,31	6,61	6,66	6,36	6,94	7,08
Mato Grosso	0,76	0,93	0,91	1,02	1,04	1,06	1,16	1,08	1,14	1,08
Mato Grosso do Sul	0,98	1,07	1,08	1,13	1,07	1,16	1,17	1,15	1,22	1,24
Goiás	1,91	2,02	2,06	2,08	1,93	2,17	2,21	2,07	2,23	2,19
Distrito Federal	1,64	1,58	1,74	1,96	2,27	2,21	2,13	2,06	2,36	2,56

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES. IBGE.

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995.

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Tabela 4
Taxa de Crescimento da Curva Ajustada do PIB Regional — 1985/94
(Em %)

	PIB regional	Agropecuária	Indústria	Serviços
Brasil	0,9	2,2	-2,4	3,4
Região Norte	1,8	3,5	-1,6	3,9
Rondônia	2,3	2,5	-3,5	4,8
Acre	5,3	3,8	7,8	5,3
Amazonas	0,1	1,3	-2,6	3,9
Roraima	4,8	2,2	5,8	4,8
Pará	2,1	4,3	-1,1	3,5
Amapá	2,4	0,8	0,6	4,3
Tocantins	3,7	4,5	1,2	1,9
Região Nordeste	1,0	2,8	-2,8	2,9
Maranhão	1,4	2,7	-4,2	3,6
Piauí	1,4	0,4	-1,9	3,0
Ceará	2,3	2,4	-0,1	2,9
R. G. do Norte	0,7	4,1	-2,9	2,9
Paraíba	2,2	2,4	-2,7	3,4
Pernambuco	1,5	4,6	-2,9	3,5
Alagoas	2,3	6,5	-3,5	2,8
Sergipe	-0,1	6,6	-4,7	3,1
Bahia	-0,1	1,3	-2,8	2,1
Região Sudeste	0,5	3,4	-3,1	3,6
Minas Gerais	1,1	0,4	-0,6	2,6
Espírito Santo	0,8	-1,3	-1,3	2,5
Rio de Janeiro	0,7	2,6	-5,0	3,6
São Paulo	0,3	6,8	-3,2	4,0
Região Sul	1,0	0,0	-0,6	2,4
Paraná	1,8	-0,8	2,6	2,6
Santa Catarina	0,7	1,3	-1,7	2,7
R. G. do Sul	0,5	0,3	-3,0	2,3
Região Centro-Oeste	4,0	1,1	3,5	3,7
Mato Grosso	4,6	2,3	6,5	3,9
Mato Grosso do Sul	3,2	0,9	5,4	3,6
Goiás	2,3	0,8	0,6	3,0
Distrito Federal	5,9	3,8	5,9	4,1

Fontes: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE. PIB Nominal a Custo de Fatores.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Se nos detivermos agora no PIB industrial, vemos que, ao contrário do que aconteceu no setor agropecuário, não houve recuperação nos primeiros anos da década de 90. Num quadro de crescimento praticamente nulo dos PIBs estaduais, o pior desempenho setorial coube justamente à indústria (-2,4% a.a.). Tendo sido as regiões brasileiras distintamente afetadas pela reestruturação da indústria, ocorre redistribuição das participações relativas entre as regiões. Nos casos do Nordeste e do Norte, seu produto industrial tem nacionalmente o mesmo peso do ano de 1985. O Sudeste verifica constante perda de posição, carregada sobretudo

pelo fraco desempenho paulista e fluminense (queda de aproximadamente 4% para o primeiro e de 3% no segundo), sendo que em nível regional sua indústria verifica taxa de crescimento negativa de 3,1% a.a. O Sudeste foi a região mais impactada pela crise da indústria, tendo o Rio de Janeiro assinalado a mais alta taxa de crescimento negativo entre 1985 e 1994, da ordem de 5% a.a. Sul e Centro-Oeste galgam novos patamares, ocupando o espaço aberto pelo Sudeste. No caso da primeira, cabe apontar o incremento da participação do Paraná, crescimento de 2,6% a.a. (apesar dos -0,6% regionais). Quanto ao Centro-Oeste, expande em 3,5% a.a. seu produto industrial, cujo crescimento é negativo nas demais regiões. É a indústria que puxa em grande parte o aumento do PIB estadual (4% a.a.). O Centro-Oeste constitui-se numa exceção por ser a única região onde todos os estados apresentaram variação positiva do PIB nos três setores de atividade no período analisado.

No tocante às atividades de serviços, apesar de serem aquelas onde se registra maior crescimento absoluto no período em estudo, pouco muda o perfil da sua distribuição relativa inter-regional. O quadro em 1995 assemelha-se bastante ao de 1987: variações praticamente nulas no Norte e Centro-Oeste, acompanhadas de um pequeno encolhimento da representação do Nordeste (-1%) e do Sul (-1,5%) vis-à-vis o aumento de participação do Sudeste, única região a fortalecer sua posição nacionalmente, ampliando-a em 2%. O produto interno bruto do setor de serviços cresceu a uma taxa de 3,4% a.a., com destaque sobretudo para São Paulo e Rio de Janeiro, alguns estados da região Norte e de Brasília.

Líderes nesse processo, Rio de Janeiro e São Paulo concentram em 1995 metade do PIB nacional de serviços. Assim, temos uma trajetória regional de recuo relativo do Sudeste no que tange à sua participação no produto interno bruto do setor industrial, ocorrendo o inverso no caso dos serviços. Portanto, a tendência à desconcentração produtiva evidenciada já na década de 70 a partir dos dados relativos ao PIB regional como um todo ou do PIB industrial não se confirma neste setor de atividade, justamente aquele que vem passando por uma grande diversificação e diferenciação, com expansão notadamente dos serviços produtivos de maior valor. Trata-se, assim, de uma clara contratendência à desconcentração, de um ponto de vista setorial.

Todas as regiões brasileiras viram suas exportações aumentar (Tabela 5) no período analisado,⁷ com especial ênfase para as regiões Centro-Oeste e Norte, cujo crescimento foi de quatro a seis vezes superior ao verificado nacionalmente. Isso explica o aumento da participação percentual destas duas macrorregiões no conjunto das exportações brasileiras entre 1985 e 1995 (Tabela 6), passando respectivamente de 0,64 para 2,16% e de 2,35 para 5,32%. O Nordeste registrou o menor crescimento entre as regiões brasileiras (3% a.a.), o que contribuiu para

⁷ Os anos de 1986 e 1987 devem ser considerados atípicos dentro do quadro evolutivo das exportações brasileiras no período analisado, se destacando por apresentarem significativos declínios no nível das exportações de todas as regiões da Federação. Tal fato pode ser explicado pelo substancial incremento do poder de compra da população brasileira decorrente do Plano Cruzado em 1986, que deslocou parte considerável das vendas realizadas no mercado externo para o mercado doméstico.

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

uma ligeira perda de participação relativa no total Brasil (caindo de 11,01% em 1985 para 9,28% em 1995), como mostra a Tabela 6. Sua situação já foi mais desfavorável em 1992 e 1993, o que aponta uma trajetória de recuperação recente mais sustentada. Quanto às regiões Sudeste e Sul, suas exportações crescem em torno da média nacional. Isto dito, o Sudeste vem tendencialmente reduzindo sua participação relativa nas exportações brasileiras (-4% em 10 anos), e o Sul conserva seu desempenho: ¼ do total. Ainda assim, ambas as regiões concentram, em 1995, 83% das exportações brasileiras (contra 74% do PIB em 1994).

Tabela 5
Taxa Média Anual de Crescimento das Exportações Brasileiras no Período 1985/95
(Em %)

	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Total
Região Norte	9,62	23,59	5,13	12,70
Rondônia	1,55	1,63	-2,57	-0,24
Acre	-14,36	-	2,77	
Amazonas	-2,99	19,50	7,44	7,26
Roraima	-	10,55	-	46,98
Pará	10,81	24,57	5,49	14,30
Amapá	-0,66	37,36	-2,93	2,88
Região Nordeste	-1,05	8,28	2,40	3,01
Maranhão	24,95	19,99	11,23	18,88
Piauí	-14,59	19,57	4,21	10,33
Ceará	0,46	6,45	6,59	2,73
R. G. do Norte	4,11	9,89	1,63	3,96
Paraíba	-7,41	10,06	5,66	3,66
Pernambuco	5,10	35,74	2,50	5,55
Alagoas	5,45	15,72	8,34	6,71
Sergipe	-27,46	-	-3,87	-4,42
Bahia	-9,26	2,39	1,26	-0,30
Região Sudeste	3,54	8,28	3,26	4,03
Minas Gerais	3,50	7,40	4,00	4,52
Espírito Santo	7,24	8,77	3,70	7,99
Rio de Janeiro	17,28	3,71	-1,42	-0,19
São Paulo	0,50	9,59	3,90	4,00
Região Sul	2,43	9,02	6,22	5,01
Paraná	2,26	10,64	5,10	4,44
Santa Catarina	2,66	24,73	9,86	7,37
R. G. do Sul	2,48	6,55	5,13	4,38
Região Centro-Oeste	16,48	20,85	11,99	16,82
Mato Grosso	22,23	48,08	9,02	20,82
Mato Grosso do Sul	19,61	39,29	15,21	20,88
Goiás	8,76	10,96	21,57	10,39
Distrito Federal	-5,72	-	2,37	6,49
Brasil	3,45	9,58	3,86	4,62

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES, IBGE.

Obs: Nos campos onde não constam valores, não foi possível calcular a taxa de crescimento pois em alguns anos não ocorreram exportações.

Tabela 6
Participação dos Estados e Regiões no Total das Exportações Brasileiras - 1985/95
(Em %)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Região Norte	2.35	4.15	5.04	4.97	4.94	5.79	5.62	5.15	5.33	4.87	5.32
Rondônia	0.14	0.10	0.13	0.10	0.04	0.03	0.06	0.05	0.08	0.09	0.08
Acre	0.00	0.00	0.01	0.02	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01
Amazonas	0.23	0.21	0.19	0.23	0.39	0.58	0.34	0.42	0.38	0.31	0.30
Roraima	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	0.02	0.01	0.01
Pará	1.80	3.68	4.55	4.46	4.36	5.00	5.04	4.65	4.69	4.27	4.77
Amapá	0.17	0.15	0.15	0.17	0.13	0.18	0.17	0.03	0.15	0.17	0.14
Tocantins	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00
Região Nordeste	11.01	10.12	9.53	9.31	8.93	9.78	9.15	8.57	7.94	8.21	9.28
Maranhão	0.36	0.81	0.93	1.44	1.42	1.43	1.52	1.21	1.22	1.35	1.47
Piauí	0.08	0.08	0.11	0.13	0.11	0.10	0.13	0.11	0.17	0.13	0.15
Ceará	0.94	0.99	0.96	0.84	0.68	0.74	0.86	0.86	0.72	0.78	0.77
R. G. do Norte	0.19	0.14	0.20	0.19	0.22	0.29	0.26	0.21	0.21	0.20	0.17
Paraíba	0.21	0.24	0.16	0.17	0.21	0.17	0.18	0.17	0.18	0.20	0.19
Pernambuco	1.14	1.26	1.05	1.11	1.00	1.29	1.08	0.99	0.91	0.87	1.26
Alagoas	0.82	0.84	0.72	0.62	0.47	0.94	0.87	0.69	0.63	0.56	1.02
Sergipe	0.13	0.09	0.11	0.11	0.09	0.12	0.08	0.13	0.07	0.08	0.05
Bahia	7.13	5.67	5.30	4.70	4.72	4.69	4.16	4.21	3.82	4.03	4.20
Região Sudeste	62.06	62.88	61.59	62.20	61.87	60.76	62.26	61.05	58.66	58.67	58.29
Minas Gerais	12.96	12.58	11.52	13.02	14.61	14.85	15.49	13.65	13.19	13.34	12.83
Espírito Santo	4.24	4.91	4.68	4.60	5.26	4.57	5.42	4.68	4.61	5.39	6.02
Rio de Janeiro	7.56	6.39	5.67	5.33	4.67	4.70	5.63	5.34	5.56	5.40	4.50
São Paulo	37.30	38.99	39.73	39.25	37.33	36.65	35.72	37.38	35.30	34.53	34.94
Região Sul	23.95	22.21	23.07	21.93	22.09	21.84	21.14	23.26	25.98	25.63	24.95
Paraná	7.96	6.09	6.83	6.39	6.15	6.03	5.78	5.96	6.54	8.22	7.81
Santa Catarina	4.36	4.74	4.22	4.28	4.44	4.70	4.83	5.05	5.79	5.63	5.80
R. G. do Sul	11.63	11.37	12.02	11.26	11.50	11.11	10.54	12.25	13.65	11.78	11.34
Região Centro-Oeste	0.64	0.64	0.77	1.59	2.18	1.82	1.84	1.97	2.09	2.62	2.16
Mato Grosso	0.19	0.20	0.37	0.53	0.57	0.82	0.72	0.88	0.87	1.09	0.93
Mato Grosso do Sul	0.14	0.25	0.22	0.56	0.79	0.34	0.35	0.45	0.55	0.68	0.67
Goiás	0.30	0.19	0.17	0.50	0.80	0.65	0.76	0.61	0.66	0.83	0.54
Distrito Federal	0.01	0.01	0.01	0.00	0.02	0.01	0.01	0.03	0.01	0.02	0.01
Total Brasil	25.512.432	22.882.347	26.760.140	33.670.527	32.969.829	30.587.939	30.811.562	34.697.965	36.615.986	40.670.457	41.930.038

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo.
Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPIES. IBGE.
OBS: Valores expressos em R\$ mil de 1995.

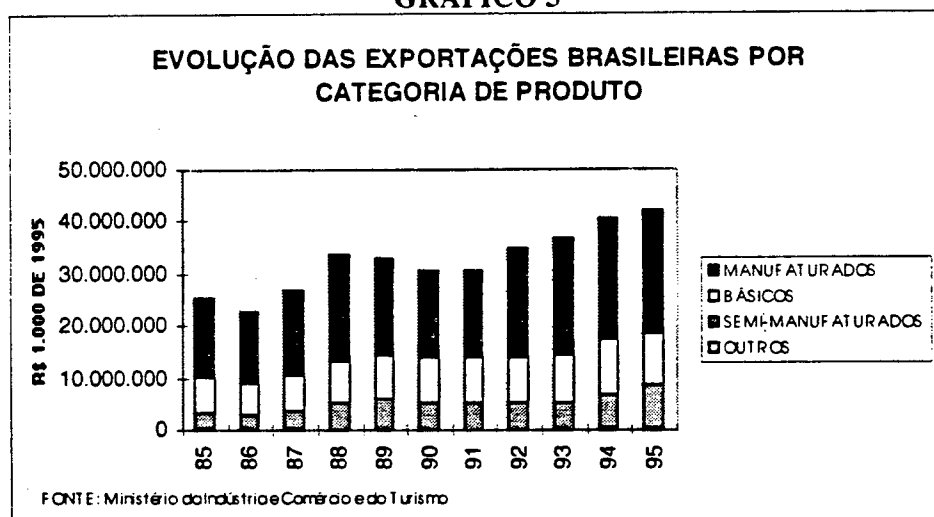
Alguns destaques merecem menção: o Rio de Janeiro, por exemplo, caracteriza-se pela estagnação do crescimento das exportações no período, muito embora o setor de básicos tenha apontado grande expansão (sobretudo do óleo bruto de petróleo), fato que surpreende uma vez que, tradicionalmente, este se inseria no mercado internacional a partir da venda de semimanufaturados e manufaturados.

Em segundo lugar, a Bahia, que apresenta dinâmica exportadora muito semelhante à do Rio no que se refere ao crescimento nulo das suas exportações. A distinção fica por conta de que, neste caso, os básicos experimentam queda considerável.

Ambos estes estados registraram um recuo significativo da sua participação no conjunto das exportações brasileiras, na mesma proporção (de 7% em 1985 para 4% em 1995), como atesta a Tabela 6.

A composição da pauta de exportação brasileira observou ao longo do período 1985/95 transformações que apontam no sentido do incremento da participação dos produtos de maior valor agregado, seguindo a tendência observada desde a década de 70. Desta forma, as exportações de produtos básicos vão perdendo gradativamente participação relativa no conjunto das exportações nacionais, chegando em 1995 a representar 23,98%, contra 27,19% em 1985 (Gráfico 3), sendo sua taxa média de crescimento 3,45% a.a.

GRÁFICO 3



Já no ano de 1985 o Brasil caracterizava-se por ser um país exportador de bens manufaturados, que na ocasião representavam 60,65% do total das suas exportações. Porém, ao longo do período 1985/95, observa-se tendência à redução da participação relativa destes bens no conjunto das exportações nacionais, que passam a representar em 1995 55,83% (3,86% a.a.). Assim, o crescimento das exportações nacionais, da ordem de 4,62% a.a. no mesmo período, foi alimentado sobretudo pelo aumento das exportações de produtos semimanufaturados que, de

12,16% do total destas no ano de 1985, subiram para 20,19% em 1995 (taxa média de crescimento da ordem de 9,58% a.a.).

A tendência verificada em nível nacional de incremento das vendas externas de produtos de maior valor agregado, sobretudo semimanufaturados, se confirma (Tabela 5) para todas as regiões brasileiras e estados, à exceção de três: Maranhão, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O primeiro e o terceiro por se consolidarem enquanto importantes exportadores de minério bruto e o segundo pelas vendas de café em coco.

O Centro-Oeste e o Norte assinalaram as maiores taxas de crescimento dos semimanufaturados, ainda que contribuindo muito pouco em valores absolutos com o montante exportado. A exceção à regra cabe ao Pará, que em 1995 registrou a quarta maior taxa de participação relativa no conjunto das exportações de semi-manufaturados no Brasil,⁸ 11,13 contra 2,72% 10 anos antes.

O grande incremento das exportações de produtos semimanufaturados destas duas regiões deve-se ao aumento dos agroindustriais semi processados, sobretudo oriundos da cadeia grãos/carnes no caso do Centro-Oeste, que tem galvanizado grandes investimentos das empresas do Sul do Brasil nos últimos anos, e ao incremento das exportações de minério semiprocessado, originário da região de Carajás no Pará.

A região Sul, por sua vez, apresentou taxa média de crescimento levemente inferior à média nacional justificada sobretudo pelo baixo crescimento das exportações do Estado do Rio Grande do Sul, principal economia da região. Nos casos das regiões Sudeste e Nordeste, estas apresentaram taxas médias de crescimento anual cerca de um ponto percentual abaixo da média nacional, perdendo participação relativa no conjunto das exportações de bens semi-manufaturados. Tal desempenho para estas duas regiões foi em grande medida condicionado pelo pequeno crescimento das exportações dos estados do Rio de Janeiro no caso do Sudeste, e da Bahia no caso do Nordeste.

Assim, podemos indicar uma tendência à desconcentração das exportações de produtos semi manufaturados do Centro-Sul brasileiro em direção às regiões "periféricas" — sobretudo Norte e, em menor escala, Centro-Oeste. O Nordeste, juntamente com o Sudeste e o Sul, verificou perda da participação relativa no conjunto das exportações destes produtos.

Porém, não foi somente nos semimanufaturados que Centro-Oeste e Norte se destacaram no período. Nos básicos, o Centro-Oeste despontou ao registrar taxa média de crescimento quase cinco vezes superior à média nacional, sobretudo em função do crescimento das exportações de produtos de origem agrícola. Neste

⁸ Do total das exportações nacionais de produtos semimanufaturados no ano de 1995, a região Norte contribuiu com 11,83%, a região Nordeste com 16,41%, a região Sudeste com 51,73%, a região Sul com 17,18% e a região Centro-Oeste com 2,86%.

caso, os estados que mais se sobressaíram foram Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quais as outras novidades no comportamento regional das exportações de básicos? No Norte, segunda maior taxa de crescimento das exportações de básicos entre as regiões brasileiras, destaca-se mais uma vez o Pará, cujo incremento das vendas externas foi mais do que suficiente para compensar o desempenho negativo verificado pela quase maioria dos estados da região. Sozinho, o valor das suas exportações foi superior ao registrado pelo Nordeste ou Centro-Oeste no ano de 1995. Como exportador de minério de ferro não-aglomerado e produtos de origem vegetal (madeira), detém 9,35% das exportações brasileiras.

Já no Sudeste, cabe registrar o bom desempenho ao longo da década do Estado de Minas Gerais, primeiro exportador brasileiro de produtos básicos (22% em 1995). O Espírito Santo também demonstra bom dinamismo nesse setor, pois sua participação relativa aumenta no país em função de uma taxa média de crescimento a. a. duas vezes maior que a brasileira.

O Sul concentra 1/3 das exportações brasileiras de produtos primários em 1995 contra 38,29% em 1985, acusando também em nível do comércio externo os efeitos negativos do abandono da política agrícola na década de 90.

Quanto ao Nordeste, a taxa de crescimento negativa que apresenta nas suas exportações de básicos decorre do mau desempenho dos estados da Bahia, Sergipe, Paraíba e Piauí, sobretudo do primeiro, que exporta quase 50% dos básicos da região e cuja participação no total exportado nacionalmente declinou de 6,96% em 1985 para 1,65% em 1995.

Novamente no caso dos básicos verificamos uma tendência à desconcentração das exportações do eixo Centro-Sul em direção à parte da periferia (Norte e Centro-Oeste), embora em menor intensidade do que a verificada para os produtos semimanufaturados.

Grosso modo, podemos identificar ao longo da década aumento significativo da participação do Norte e Centro-Oeste nas exportações de peso secundário na pauta brasileira (básicos e semimanufaturados). Quanto à região Nordeste, ela se contrapõe às duas outras por apresentar um desempenho negativo, com redução da sua participação relativa nas duas categorias de produtos onde cresce a importância das regiões periféricas.

No caso dos manufaturados, ao contrário, não se verifica tendência à desconcentração das exportações em favor de maior participação das economias regionais periféricas. Em 10 anos, Sul e Sudeste mantiveram-se à frente das exportações de manufaturados, concentrando cerca de 90% delas. Opera-se, é verdade, uma redistribuição de pesos no interior dessas áreas mais desenvolvidas, por causa do péssimo desempenho registrado pelo Estado do Rio de Janeiro

DESGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

(participação relativa caindo de 10,92 em 1985 para 6,15% em 1995) e pelos efeitos benéficos do Mercosul sobre as economias dos estados sulinos. Essa região tornou-se responsável, em 1995, por 24% das exportações de manufaturados contra 18,74% em 1985.

Este bom resultado está diretamente relacionado com o incremento das exportações de manufaturados oriundos das indústrias de vestuário, calçados, alimentar e petroquímica, estimulado pela constituição do Mercosul, cujos efeitos deverão ser sentidos por mais alguns anos até que o processo de exploração das complementaridades existentes entre os mercados integrantes esteja concluído.

Dada a importância do Mercosul para a economia brasileira, em particular para a indústria nacional de manufaturados responsável por praticamente 90% das exportações (Tabela A.1) em direção aos países do bloco, vamos apresentar alguns gráficos sobre a evolução 1989/95 do nosso comércio exterior e seu impacto sobre a dinâmica econômica dos estados brasileiros.

Como vemos nas Tabelas 7 e 8, desde antes da criação do Mercosul e até 1995, mais da metade das exportações brasileiras para seus países membros (inclusive o Chile) são carreadas por São Paulo. Os estados do Centro-Sul, à exceção do Espírito Santo, mas juntamente com a Bahia (NE), são responsáveis por 90% do valor exportado.

Tabela 7

Exportações das UFs Brasileiras para os Países do Mercosul - 1989/95
(Em R\$ 1000 de 1995)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
São Paulo - SP	1.166.005	976.0481	1.557.219	2.674.045	3.305.257	3.463.640	3.479.309.832
R. G. do Sul - RS	219.514	173.775	280.655	454.389	704.960	771.548	769.629.836
Minas Gerais - MG	205.958	14.860	306.258	595.384	648.041	580.165	504.124.619
Rio de Janeiro - RJ	116.398	134.869	220.438	340.457	440.526	450.607	388.948.714
Paraná - PR	100.703	85.768	158.742	253.691	384.776	378.500	355.936.797
Santa Catarina - SC	78.150	73.988	144.657	239.986	344.785	325.750	356.734.548
Bahia - BA	97.828	96.453	114.350	170.748	157.802	207.927	294.503.456
Sete Primeiros	1.984.557	1.686.760	2.782.321	4.728.699	5.986.146	6.178.136	6.149.187.802
Outros	156.506	113.303	192.404	232.684	315.412	405.256	515.772.405
Total	2.141.063	1.800.064	2.974.725	4.961.383	6.301.558	6.583.392	6.664.960.207

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior — Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/ Gerência Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Valores deflacionados a partir dos valores FOB, para dólares constantes de 1995 pelo IPA-USA e para reais de 1995, pela taxa de câmbio média neste ano (0,9176).

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Tabela 8
Participação Relativa dos Estados no Total das Exportações para o Mercosul - 1989/95
(Em %)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
São Paulo - SP	54,46	54,22	52,35	53,90	52,45	52,61	52,20
R. G. do Sul - RS	10,25	9,65	9,43	9,16	11,19	11,72	11,55
Minas Gerais - MG	9,62	8,10	10,30	12,00	10,28	8,81	7,56
Rio de Janeiro - RJ	5,44	7,49	7,41	6,86	6,99	6,84	5,84
Paraná - PR	4,70	4,76	5,34	5,11	6,11	5,75	5,34
Santa Catarina - SC	3,65	4,11	4,86	4,84	5,47	4,95	5,35
Bahia - BA	4,57	5,36	3,84	3,44	2,50	3,16	4,42
Sete Primeiros	92,69	93,71	93,53	95,31	94,99	93,84	92,26
Outros	7,31	6,29	6,47	4,69	5,01	6,16	7,74
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Comércio — Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/Gerência de Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Pelo lado de São Paulo, predominam na pauta de exportações as vendas de peças, equipamentos da indústria automobilística e caminhões (14,25% do total exportado). Já os estados do Sul exportam produtos como polietileno, colhedeiças combinadas e reboques, no caso do Rio Grande do Sul (20,63%), cigarros, gás e óleo diesel, café não-torrado, ônibus e frangos frescos e resfriados, no caso do Paraná (28,93%), e motocompressores, roupas de tecido atalhado, papel-cartão, carne suína congelada e carrocerias para ônibus, no caso de Santa Catarina (23,90%). É possível que este quadro venha evoluindo favoravelmente às demais regiões brasileiras, mas num ritmo ainda bastante lento.

Pelo lado das importações brasileiras provenientes do Mercosul, observa-se grau de participação dos estados brasileiros menos concentrado que nas exportações, com uma melhor redistribuição interna das participações de cada um. No entanto, a primazia do Centro-Sul é de novo incontestável. É interessante notar dinâmicas inversas entre estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais, o primeiro acusando recuo relativo e o segundo aumentando sua representação. No caso do Rio, as vantagens competitivas do Espírito Santo, como porto de desembarque, tanto para as áreas centrais do país como para o Nordeste, deve explicar parte do recuo. Quanto à Minas, mais de 55% de suas importações são de peças e equipamentos para a indústria automobilística⁹ e trigo em grão.

⁹ A partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior podemos notar que esta indústria apresenta um dos maiores níveis de complementaridades regionalmente, sobretudo entre Brasil e Argentina. Todos os estados brasileiros produtores de automóveis realizaram no período 1989/94 patamares consideráveis de comércio (exportações e importações) com o Mercosul.

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Comparando-se os Gráficos 4 e 5, relativos às exportações brasileiras mundo-Mercosul e Mercosul exclusivamente, vemos um perfil bastante distinto. No primeiro caso, a diversidade da pauta de exportações é muito maior, propiciando menor peso relativo de São Paulo (58% em 1995) e mais chances para as demais economias regionais, como é o caso para o setor de básicos e semimanufaturados de alguns estados do Norte e do Centro-Oeste. Há sem dúvida que se buscar novas complementaridades no comércio inter-regional do Cone Sul que possam contemplar novas inserções produtivas de muitos estados brasileiros. Até porque, como mostra o Gráfico 6, fortalece-se o comércio dentro do Mercosul no âmbito das exportações brasileiras, o que tende a significar, no curto prazo, vantagens integrativas quase restritas aos estados do Centro-Sul.

No que tange a nossa pauta de importações, ela amplia-se mais rapidamente fora do eixo Mercosul (Gráfico 8), prevalecendo os manufaturados. O grande aumento das nossas importações após 1994 (Gráficos 8 e 9), explica-se em grande medida pela valorização cambial do real. Do Mercosul, importamos sobretudo produtos da cadeia agroalimentar. Não por acaso, confirmando inúmeras previsões, setores da agropecuária brasileira foram bastante prejudicados com a criação do bloco e a crescente abertura econômica, em particular na região onde ela está mais consolidada, como o Sul do país (maior queda do PIB agropecuário).

O Gráfico 10 indica que o Brasil é amplamente superavitário no comércio com o Mercosul, em razão da relevância das suas exportações de manufaturados. Quanto aos produtos oriundos do setor primário, o saldo comercial do Brasil é negativo, com tendência a um aumento do déficit.

Tabela 9

Importações da UFs Brasileiras dos Países do Mercosul - 1989/94
(Em R\$ 1.000 de 1995)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994
São Paulo - SP	1.042.964	960.110	1.026.550	922.967	494.285	2.034.122
R. G. do Sul - RS	675.728	613.828	680.757	600.167	349.638	988.592
Minas Gerais - MG	40.067	51.870	93.642	160.689	116.073	222.788
Rio de Janeiro - RJ	283.933	293.132	206.002	160.277	50.832	225.755
Paraná - PR	185.405	206.020	176.259	163.226	107.936	357.180
Santa Catarina - SC	127.226	118.198	131.836	134.257	50.825	265.245
Espírito Santo - ES	59.658	128.870	204.382	190.678	93.742	334.582
Sete Primeiros	2.414.982	2.372.028	2.519.427	2.332.260	1.263.331	4.428.264
Outros	461.475	502.545	321.365	442.420	468.411	591.868
Total	2.876.457	2.874.572	2.840.793	2.774.680	1.731.742	5.020.132

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior — Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/ Gerência de Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Valores deflacionados a partir dos valores FOB, para dólares constantes de 1995 pelo IPA-USA e para reais de 1995 pela taxa de câmbio média neste ano (0,9176).

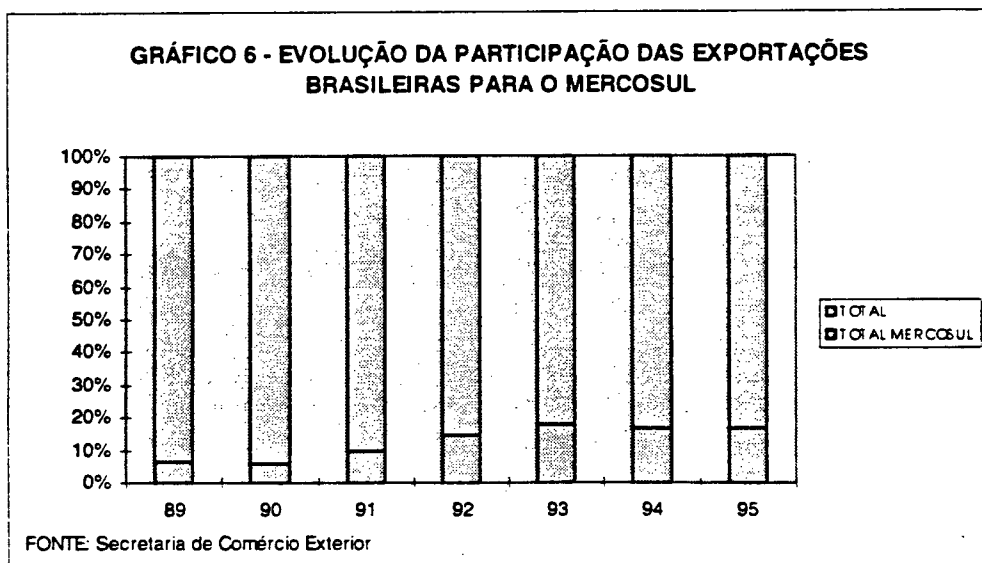
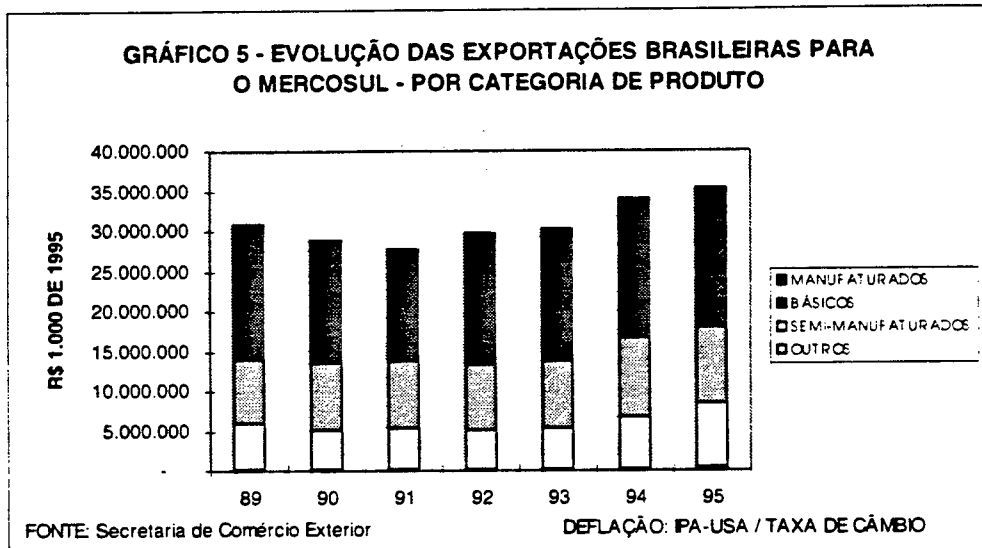
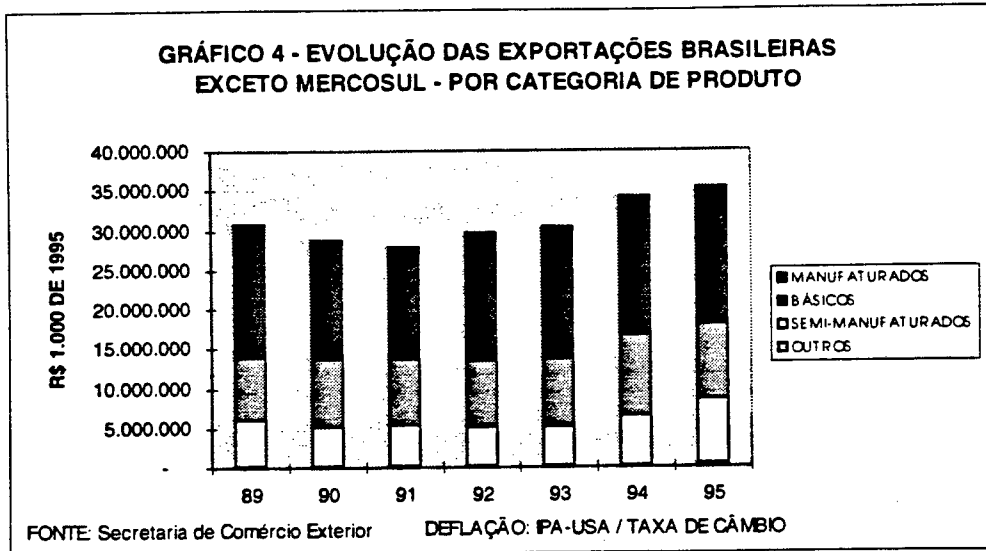
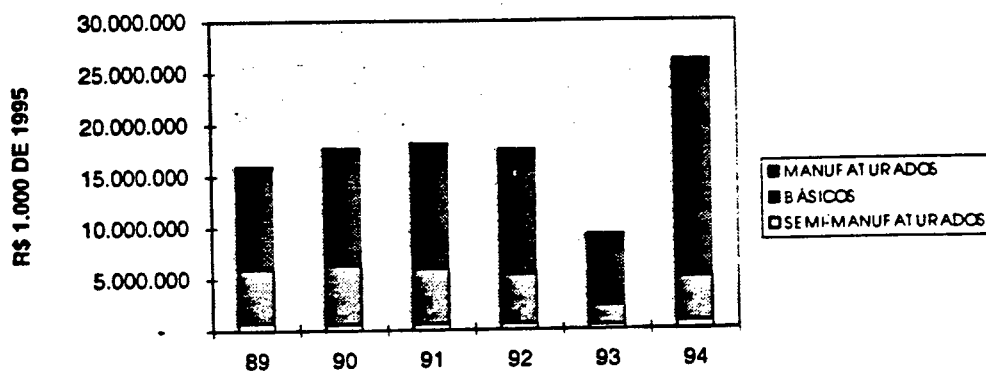


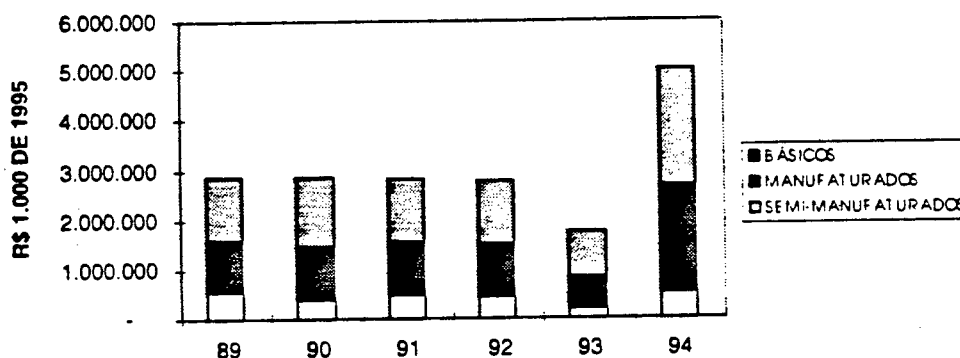
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS EXCETO MERCOSUL - POR CATEGORIA DE PRODUTO



FONTE: Secretaria de Comércio Exterior

DEFLAÇÃO: IPA-USA / TAXA DE CÂMBIO

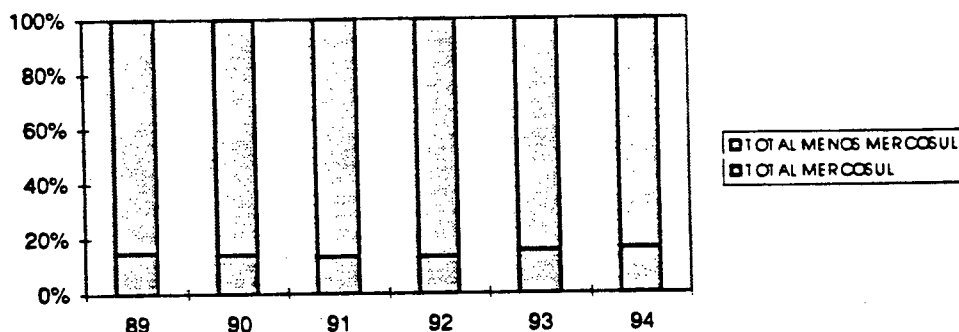
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL - POR CATEGORIA DE PRODUTO



FONTE: Secretaria de Comércio Exterior

DEFLAÇÃO: IPA-USA / TAXA DE CÂMBIO

GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL



FONTE: Secretaria de Comércio Exterior

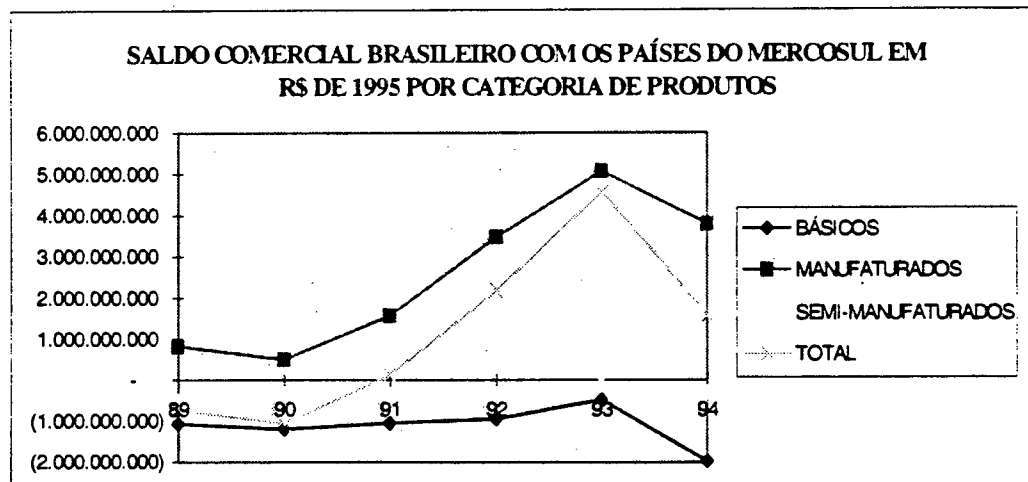
DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Tabela 10
Participação Relativa dos Estados no Total das Importações do Mercosul - 1989/94
(Em %)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994
São Paulo - SP	36,26	33,40	36,14	33,26	28,54	40,52
R. G. do Sul - RS	23,49	21,35	23,96	21,63	20,19	19,69
Paraná - PR	6,45	7,17	6,20	5,88	6,23	7,11
Espírito Santo - ES	2,07	4,48	7,19	6,87	5,41	6,66
Santa Catarina - SC	4,42	4,11	4,64	4,84	2,93	5,28
Rio de Janeiro - RJ	9,87	10,20	7,25	5,78	2,94	4,50
Minas Gerais - MG	1,39	1,80	3,30	5,79	6,70	4,44
Sete Primeiros	83,96	82,52	88,69	84,06	72,95	88,21
Outros	16,04	17,48	11,31	15,94	27,05	11,79
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/ Gerência de Estatística.
Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

GRÁFICO 10



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.
Deflação: IPA americano/ Taxa de Câmbio.

4 - BREVES CONCLUSÕES

Como se pode observar, os efeitos mais diretos do Mercosul sobre as economias regionais restringem-se ainda bastante à região mais próspera do país, aos estados do Centro-Sul. O grau de integração das economias regionais é muito diferenciado, dependendo da sua localização. É isso que galvaniza o potencial de

integração, além evidentemente do nível de desenvolvimento econômico. Vários autores brasileiros, entre eles Clélio Campolina, têm enfatizado que a reversão da polarização característica das décadas de 70/80, quando a economia paulista reduz sua importância nacionalmente, em favor das áreas periféricas, parece em vias de retomar um novo perfil com a constituição de um eixo dinâmico, espacialmente delimitado — um grande polígono interligando os estados integrantes da economia do Mercosul. Hipótese que parece confirmar-se à luz dos dados aqui apresentados.

No entanto, é incontestável o aumento da participação de algumas economias como a do Pará e de alguns estados do Centro-Oeste no mercado internacional, em particular via exportação de produtos minerais e agrícolas, básicos ou semitransformados. Dada a desigual distribuição no espaço da infra-estrutura necessária ao enfrentamento da abertura econômica, que barateie custos e reduza ineficiências no uso do tempo, há riscos de que novas trajetórias de crescimento possam vir a ser abortadas por carecerem de condições mínimas de sustentação. No Brasil a equalização das condições de infra-estrutura e de bem-estar permanecem, portanto, no elenco das demandas de primeira necessidade. São elas que podem conduzir a um novo modelo de desenvolvimento regional não apenas mais equilibrado, mas também alicerçado em bases endógenas, sólidas e de longo prazo. Senão, a tendência já esboçada de reconcentração produtiva e recrudescimento das desigualdades de renda interestaduais pode instalar-se, comprometendo potencialidades ainda pouco exploradas e quase desconhecidas.

Para evitar um quadro desfavorável como esse, em particular para uma região como o Nordeste, que há dezenas de anos acumula um atraso relativo importante em relação ao resto do país, é imprescindível recolocar na ordem do dia políticas regionais voltadas para a equalização das condições de vida no território e a alavancagem de condições genuinamente competitivas para traçar novas formas de crescimento econômico. Elas inexistem hoje no Brasil. Talvez seja possível vislumbrar institucionalmente, à imagem do que acontece com a União Européia, um fórum especial para o tratamento dessas questões no interior do Mercosul. Por ser premente, sua discussão num espaço mais complexo e multifacetado como esse pode ajudar na formulação de estratégias mais adequadas e vitoriosas para resolver velhas pendências. Até o presente momento, pelo menos do lado do Brasil, o que se vê é uma mobilização crescente por questões voltadas para o planejamento urbano e regional por parte dos estados mais envolvidos com a integração sul-hemisférica. É preciso também ampliar esse escopo, sob pena de reduzir o papel que pode jogar o Mercosul no estímulo à renovação competitiva das economias dos seus países membros em meio à globalização.

ANEXO

Tabela A.1
 Exportações Brasileiras (em R\$ de 1995) para os Países do Mercosul por Categoria de produtos - 1989/95

		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
ARGENTINA	BÁSICOS	170.470.019	139.967.972	185.623.082	244.905.651	298.808.318	270.320.871	282.091.106
	MANUFATURADOS	526.400.471	472.514.529	1.213.931.840	2.664.791.054	3.106.879.518	3.447.343.248	3.176.570.531
	SEMIMANUFATURADOS	41.098.771	25.658.449	62.656.037	84.481.959	123.814.597	204.788.251	187.390.921
	OUTROS	3.858.068	2.034.449	1.294.054	536.993	10.572.957	9.223.431	14.373.059
	TOTAL	741.827.329	640.175.398	1.463.505.013	2.994.715.657	3.540.075.391	3.931.675.801	3.660.425.617
CHILE	BÁSICOS	20.298.045	13.674.917	22.372.953	25.045.015	22.780.357	30.128.270	31.933.354
	MANUFATURADOS	680.332.002	457.367.220	636.479.166	866.713.543	1.037.970.325	902.787.016	1.025.038.872
	SEMIMANUFATURADOS	12.947.365	8.452.169	13.060.964	21.251.859	15.202.100	17.442.400	26.502.000
	OUTROS	11.570	93.767	4.712	116.225	822.935	1.941.176	23.199.969
	TOTAL	713.588.982	479.588.073	671.917.794	913.126.641	1.076.775.717	952.298.863	1.106.674.195
PARAGUAI	BÁSICOS	2.326.897	1.516.621	2.445.121	6.900.654	9.901.894	15.087.142	20.016.378
	MANUFATURADOS	328.135.542	377.197.373	490.224.833	529.242.018	912.505.052	981.450.288	1.148.076.618
	SEMIMANUFATURADOS	3.451.318	1.279.890	6.081.893	6.583.043	6.749.932	11.194.514	9.654.035
	OUTROS	139.163	107.251	101.432	131.553	766.555	521.568	285.403
	TOTAL	334.052.921	380.101.134	498.853.279	542.857.269	929.923.433	1.008.253.512	1.178.032.434
URUGUAI	BÁSICOS	30.079.603	31.174.640	42.772.742	47.055.049	65.492.296	65.248.639	82.094.690
	MANUFATURADOS	303.562.715	251.243.147	278.130.670	445.684.704	658.963.190	602.714.281	607.952.528
	SEMIMANUFATURADOS	17.488.522	17.726.052	19.302.889	17.905.710	29.614.801	22.182.483	28.912.692
	OUTROS	462.594	55.328	242.969	37.569	713.402	1.018.302	868.051
	TOTAL	351.593.434	300.199.167	340.449.270	510.683.031	754.783.689	691.163.706	719.827.961
BRASIL	BÁSICOS	223.174.564	186.334.149	253.213.898	323.906.369	396.982.865	380.784.922	416.135.527
	MANUFATURADOS	1.838.430.731	1.558.322.269	2.618.766.509	4.506.431.318	5.716.318.085	5.934.294.834	5.957.638.550
	SEMIMANUFATURADOS	74.985.976	53.116.559	101.101.783	130.222.571	175.381.430	255.607.648	252.459.649
	OUTROS	4.471.395	2.290.795	1.643.166	822.340	12.875.849	12.704.477	38.726.481
	TOTAL	2.141.062.667	1.800.063.772	2.974.725.356	4.961.382.598	6.301.558.229	6.583.391.881	6.664.960.207

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/Gerência de Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES, IBGE.

Valores deflacionados a partir dos valores FOB, para dólares constantes de 1995 pelo IPA-USA e para reais de 1995 pela taxa de câmbio média neste ano (0,9176).

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Tabela A.2

Exportações Brasileiras para os Países do Mercosul por Categoria de Produtos — Participações Relativas — 1989/95

		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
ARGENTINA	BÁSICOS	22,98	21,86	12,68	8,18	8,44	6,88	7,71
	MANUFATURADOS	70,96	73,81	82,95	88,98	87,76	87,68	86,78
	SEMIMANUFATURADOS	5,54	4,01	4,28	2,82	3,50	5,21	5,12
	OUTROS	0,52	0,32	0,09	0,02	0,30	0,23	0,39
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CHILE	BÁSICOS	2,84	2,85	3,33	2,74	2,12	3,16	2,89
	MANUFATURADOS	95,34	95,37	94,73	94,92	96,40	94,80	92,62
	SEMIMANUFATURADOS	1,81	1,76	1,94	2,33	1,41	1,83	2,39
	OUTROS	0,00	0,02	0,00	0,01	0,08	0,20	2,10
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PARAGUAI	BÁSICOS	0,70	0,40	0,49	1,27	1,06	1,50	1,70
	MANUFATURADOS	98,23	99,24	98,27	97,49	98,13	97,34	97,46
	SEMIMANUFATURADOS	1,03	0,34	1,22	1,21	0,73	1,11	0,82
	OUTROS	0,04	0,03	0,02	0,02	0,08	0,05	0,02
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
URUGUAI	BÁSICOS	8,56	10,38	12,56	9,21	8,68	9,44	11,40
	MANUFATURADOS	86,34	83,69	81,70	87,27	87,30	87,20	84,46
	SEMIMANUFATURADOS	4,97	5,90	5,67	3,51	3,92	3,21	4,02
	OUTROS	0,13	0,02	0,07	0,01	0,09	0,15	0,12
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
BRASIL	BÁSICOS	10,42	10,35	8,51	6,53	6,30	5,78	6,24
	MANUFATURADOS	85,87	86,57	88,03	90,83	90,71	90,14	89,39
	SEMIMANUFATURADOS	3,50	2,95	3,40	2,62	2,78	3,88	3,79
	OUTROS	0,21	0,13	0,06	0,02	0,20	0,19	0,58
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/ Gerência de Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Valores deflacionados a partir dos valores FOB, para dólares constantes de 1995 pelo IPA-USA e para reais de 1995 pela taxa de câmbio média neste ano (0,9176).

Tabela A.3
 Importações Brasileiras (em R\$ de 1995) para os Países do Mercosul por Categoria de Produtos — 1989/94

		1989	1990	1991	1992	1993	1994
ARGENTINA	BÁSICOS	538.589.789	668.886.241	749.782.271	831.696.187	658.743.741	1.685.667.526
	MANUFATURADOS	660.527.324	655.964.129	704.908.172	743.708.924	477.677.076	1.582.368.804
	SEMIMANUFATURADOS	86.108.564	87.433.834	236.634.935	199.213.057	104.849.461	297.470.425
	TOTAL	1.285.225.677	1.412.284.204	1.691.325.378	1.774.617.169	1.241.270.279	3.565.506.754
CHILE	BÁSICOS	248.042.789	225.605.014	211.880.931	187.854.427	88.446.599	200.870.389
	MANUFATURADOS	94.650.683	123.554.127	108.340.918	116.437.514	77.538.019	251.524.756
	SEMIMANUFATURADOS	184.495.747	130.513.212	166.447.123	164.568.474	51.535.983	111.740.694
	TOTAL	527.189.218	479.672.354	486.668.972	468.860.415	217.520.601	564.135.839
PARAGUAI	BÁSICOS	304.493.485	269.220.575	170.938.136	119.965.560	66.865.925	236.692.509
	MANUFATURADOS	35.180.548	27.489.965	15.368.840	9.313.189	7.079.200	19.331.753
	SEMIMANUFATURADOS	28.230.242	32.808.649	30.605.239	55.661.625	34.767.801	87.737.260
	TOTAL	367.904.274	329.519.189	216.912.215	184.940.374	108.712.926	343.761.522
URUGUAI	BÁSICOS	196.959.716	230.949.927	176.378.108	143.434.045	65.217.816	243.971.829
	MANUFATURADOS	234.599.138	260.657.288	225.304.409	167.935.805	85.189.868	281.037.762
	SEMIMANUFATURADOS	264.579.058	161.489.492	44.203.684	34.891.697	13.830.826	21.718.120
	TOTAL	696.137.912	653.096.707	445.886.201	346.261.546	164.238.510	546.727.711
BRASIL	BÁSICOS	1.288.085.778	1.394.661.757	1.308.979.447	1.282.949.219	879.274.081	2.367.202.253
	MANUFATURADOS	1.024.957.692	1.067.665.509	1.053.922.339	1.037.395.432	647.484.164	2.134.263.075
	SEMIMANUFATURADOS	563.413.611	412.245.187	477.890.979	454.334.854	204.984.072	518.666.499
	TOTAL	2.876.457.081	2.874.572.453	2.840.792.765	2.774.679.504	1.731.742.316	5.020.131.827

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior — Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/Gerência de Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES, IBGE.

Valores deflacionados a partir dos valores FOB, para dólares constantes de 1995 pelo IPA-USA e para reais de 1995 pela taxa de câmbio média neste ano (0,9176).

DESIGUALDADES REGIONAIS E RETOMADA DO CRESCIMENTO NUM QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Tabela A.4

Importações Brasileiras para os Países do Mercosul por Categoria de Produtos — 1989/94
(Em %)

		1989	1990	1991	1992	1993	1994
ARGENTINA	BÁSICOS	41,91	47,36	44,33	46,87	53,07	47,28
	MANUFATURADOS	51,39	46,45	41,68	41,91	38,48	44,38
	SEMIMANUFATURADOS	6,70	6,19	13,99	11,23	8,45	8,34
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CHILE	BÁSICOS	47,05	47,03	43,54	40,07	40,66	35,61
	MANUFATURADOS	17,95	25,76	22,26	24,83	35,65	44,59
	SEMIMANUFATURADOS	35,00	27,21	34,20	35,10	23,69	19,81
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PARAGUAI	BÁSICOS	82,76	81,70	78,81	64,87	61,51	68,85
	MANUFATURADOS	9,56	8,34	7,09	5,04	6,51	5,62
	SEMIMANUFATURADOS	7,67	9,96	14,11	30,10	31,98	25,52
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
URUGUAI	BÁSICOS	28,29	35,36	39,56	41,42	39,71	44,62
	MANUFATURADOS	33,70	39,91	50,53	48,50	51,87	51,40
	SEMIMANUFATURADOS	38,01	24,73	9,91	10,08	8,42	3,97
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
BRASIL	BÁSICOS	44,78	48,52	46,08	46,24	50,77	47,15
	MANUFATURADOS	35,63	37,14	37,10	37,39	37,39	42,51
	SEMIMANUFATURADOS	19,59	14,34	16,82	16,37	11,84	10,33
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

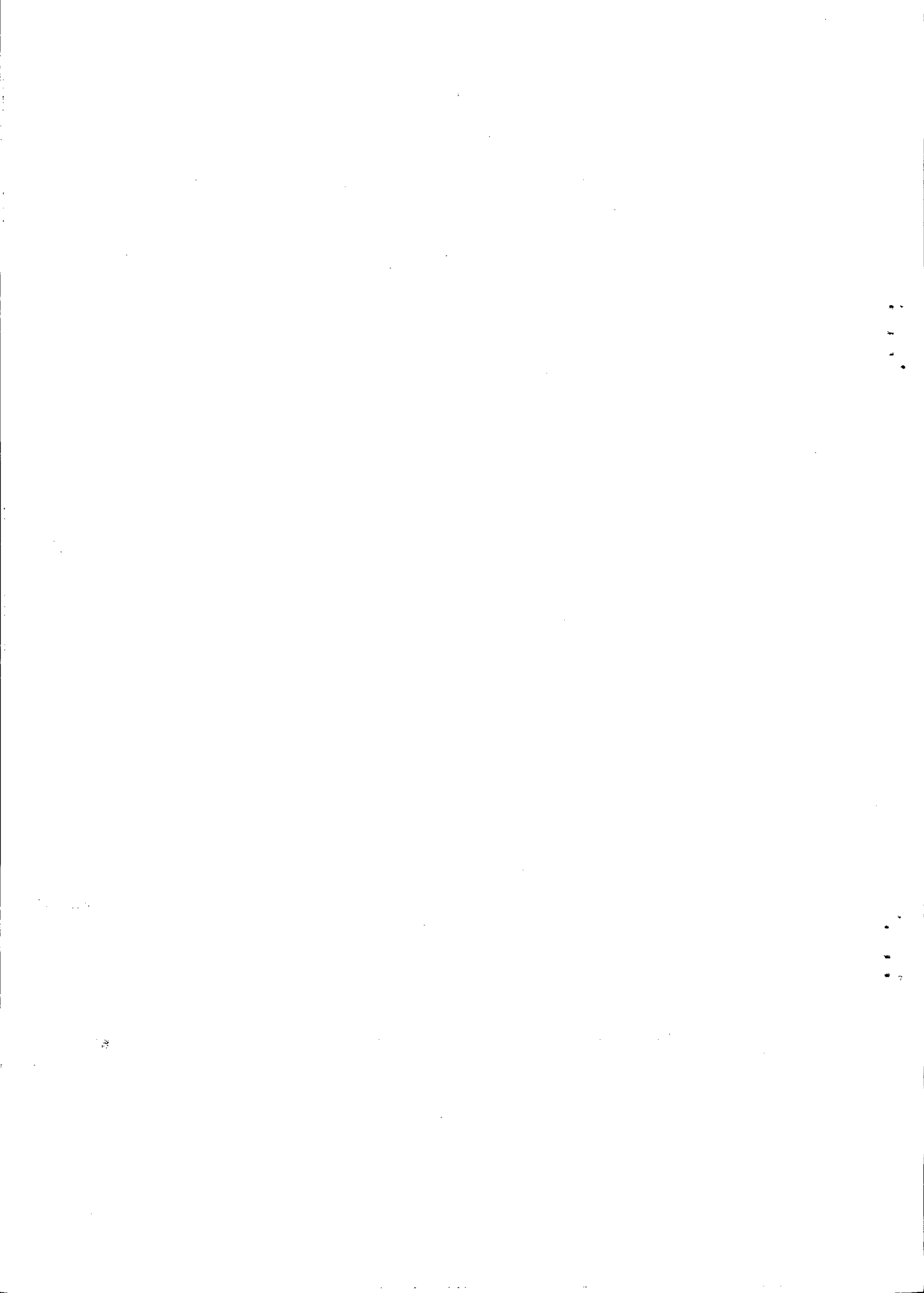
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial/ Gerência de Estatística.

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Valores deflacionados a partir dos valores FOB, para dólares constantes de 1995 pelo IPA-USA e para reais de 1995 pela taxa de câmbio média neste ano (0,9176).

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, A. H., DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas **per capita** estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.15, n.14, p.60, out./dez. 1995.
- GOMES, G. M., VERGOLINO, J. R. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. Rio de Janeiro, IPEA/DIPES, maio 1995 (Texto para Discussão, 372).
- LAVINAS, L. Desigualdades regionais como limite à descentralização. **A Economia Brasileira em Perspectiva — 1996**, Rio de Janeiro, IPEA/DIPES, v. 1, p. 381-392, 1996.
- LAVINAS, L., GARCIA, E., AMARAL, M. R. Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos nos anos 90. **Revista do Banco Nacional do Nordeste**, 1996.
- LAVINAS, L., MAGINA, M. (coord.). **Atlas regional das desigualdades**. Banco de dados com indicadores socioeconômicos por U. F. e macrorregiões. Rio de Janeiro, IPEA/DIPES, 1996.
- SILVA, A. B. de O. et alii. **Produto interno bruto por unidade da Federação**. Rio de Janeiro, IPEA/DIPES, maio 1996 (Texto para Discussão, 424).



PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)

1996/1997

TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

Nº 396 - *O Processo da Reforma Tributária*, Fernando Rezende, janeiro 1996, 18 p.

Nº 397 - *Gestão da Qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação*, Ose Mary Juliano Longo, janeiro 1996, 14 54 p.

Nº 398 - *Poverty Studies in Brazil - A Review*, Sonia Rocha, janeiro 1996, 20 p.

Nº 399 - *Proposta de um Imposto Ambiental Sobre os Combustíveis Líquidos no Brasil*, Ronaldo Seroa da Motta e Francisco Eduardo Mendes, janeiro 1996, 21 p.

Nº 400 - *A Reestruturação Produtiva nas Empresas Brasileiras e seu Reflexo sobre a Força de Trabalho, por Gênero*, Virene Roxo Matesco e Lena Lavinas, janeiro 1996, 33 p.

N - 401 - *Política de Saúde no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas*, Maria Elizabeth Barros e outros, fevereiro 1996, 123 p.

Nº 402 - *ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal*, Marcelo Piancastelli e Fernando Perobelli, fevereiro 1966, 31 p..

Nº 403 - *Indicadores Ambientais no Brasil: Aspectos Ecológicos, de Eficiência e Distributivos*, Ronaldo Seroa da Motta, fevereiro 1996, 104 p.

Nº 404 - *Capacidade Tributária dos Estados Brasileiros, 1970/90*, Eustáquio José Reis e Fernando A. Blanco, fevereiro 1996, 31 p.

N 405 - *A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: Anotações e Reflexões para Futuras Reformas*, Ricardo Varsano, fevereiro 1996, 34 p.

Nº 406 - *O Processo de Gasto Público do Programa do Livro Didático*, Jorge Abrahão de Castro, março 1996, 74 p.

Nº 407 - *A Busca da Excelência nos Serviços Públicos: O Caso de Rondonópolis*, Rose Mary Juliano Longo e outros, março 1996, 21 p.

Nº 408 - *A Gestão da Qualidade e a Excelência dos Serviços Educacionais: Custos e Benefícios de sua Implantação*, Antonio Carlos da R. Xavier, março 1996, 17 p.

Nº 409 - *A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação*, Eduardo Augusto Guimarães, abril 1996, 30 p.

Nº 410 - *O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas*, José Romeu de Vasconcelos e outros, abril 1996, 36 p.

Nº 411 - *Maternidade Darcy Vargas: Excelência no Atendimento ao Binômio Mãe-Filho*, Fátima Marra e outros, abril 1996, 20 p.

Nº 412 - *Tarifas, Preços e a Estrutura Industrial dos Insumos Agrícolas: O Caso dos Defensivos (Relatório Final)*, Jacob Frenkel, maio 1996, 120 p.

Nº 413 - *A Política Industrial Brasileira: Mudanças e Perspectivas*, Flávio Tavares de Lyra, maio 1996, 21 p.

Nº 414 - *Transformações no Padrão Locacional Industrial: o Caso de Santa Rita do Sapucaí*, Fernando S. Perobelli, maio 1996, 60 p.

Nº 415 - *Estudo da Função Demanda por Serviços de Saneamento e Estudo da Tarificação do Consumo Residencial*, Thompson Almeida Andrade e outros, maio 1996, 61 p.

- Nº 416 - *Aspectos Econômicos da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*, Larissa Steiner Chermont e outros, maio 1996, 26 p.
- Nº 417 - *De Ônus a Bônus: Política Governamental e Reformas Fiscais na Transformação do Estado Brasileiro*, Ricardo Varsano, maio 1996, 18 p.
- Nº 418 - *Trade Liberalization and Quality Innovation in Brazilian Autos*, Renato Fonseca, maio 1996, 32 p.
- Nº 419 - *A Demanda por Moeda no Brasil: 1974/95*, Octávio A. F. Tourinho, maio 1996, 19 p.
- Nº 420 - *Propostas de Reforma do Sistema Tributário Nacional*, Fernando Rezende, maio 1996, 26 p
- Nº 421 - *Elementos para Discussão de uma Política Industrial para o Brasil*, Annibal V. Vilela e outros, maio 1966, 54 p.
- Nº 422 p - *O Processo de Privatização das Empresas Brasileiras*, José Coelho Matos Filho e outros, maio 1996, 28 p.
- Nº 423 - *A Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva*, Honório Kume, maio 1996, 23 p.
- Nº 424 - *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação*, Antonio Braz de Oliveira e Silva e outros, maio 1996, 105 p.
- Nº 425 - *O Perfil Regional do Orçamento Geral da União (OGU) 1995 — Lei nº 8 980/95 (versão preliminar)*, Antonio Carlos F. Galvão e outros, junho 1996, 64 p.
- Nº 426 - *Privatização e Qualidade dos Serviços Públicos de Infra-Estrutura: Controle Social e Participação do Consumidor*, Hamilton Nonato Marques, junho 1996, 41 p.
- Nº 427 - *Passos para o Gerenciamento Efetivo de Processos no Setor Público: Aplicações Práticas*, Fábio Ferreira Batista (coord.) p e outros, junho 1996, 53 p.
- Nº 428 - *Ocupação e Escolaridade: Tendências Recentes na Grande São Paulo*, Edgard Luiz Gutierrez Alves e Fábio Veras Soares, junho 1996, 57 p.
- Nº 429 - *O Estímulo aos Investimentos Tecnológicos: O Impacto sobre as Empresas Brasileiras*, Virene Roxo Matesco e Paulo Tafner, julho 1996, 41 p.
- Nº 430 - *O Crescimento Econômico Ótimo em Economias com Inflação*, Octavio A. F. Tourinho, julho 1996, 20 p.
- Nº 431 - *Gasto Público Federal: Análise da Despesa Não-Financeira*, Marcelo Piancastelli e Francisco Periera, agosto 1996, p..
- Nº 432 - *Impacto dos Financiamentos sobre o Crescimento das Importações Brasileiras: 1992/95*, Marcelo Nonnenberg, agosto 1996, 26 p.
- Nº 433 - *The Economics of Biodiversity in Brazil: The Case of Forest Conversion*, Ronaldo Seroa da Motta, agosto 1996, 24 p.
- Nº 434 - *Privatização do Sistema Ferroviário Brasileiro*, Sérgio de Azevedo Marques, agosto 1996, 67 p.
- Nº 435 - *O Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)*, Ricardo Pereira Soares, setembro 1996, 28 p.
- Nº 436 - *Reforma da Previdência: Modelo de Opções*, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e outros, setembro 1996, 16 p.
- Nº 437 - *A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e Implementação*, Sergio Margulis, setembro 1996, 42 p.
- Nº 438 - *Tarifação Social no Consumo Residencial de Água*, Thompson A. Andrade e Waldir J. de Araújo Lobão, setembro 1996, 62 p.

- Nº 439 - *Renda e Pobreza: Os Impactos do Plano Real*, Sonia Rocha, setembro 1996, 28 p.
- Nº 440 - *Uso de Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental da América Latina e Caribe: Lições e Recomendações*, Ronaldo Seroa da Motta e outros, outubro 1996, 70 p.
- Nº 441 - *Distribuição de Renda, Crescimento Endógeno e Política Fiscal: Uma Análise Cross-Section para os Estados Brasileiros*, Victor Duarte Lledó, outubro 1996, 45 p.
- Nº 442 - *Indicadores de Esforço Tecnológico: Comparações e Implicações*, Virene Roxo Matesco, outubro 1996, 29 p.
- Nº 443 - *Modelos para a Projeção do Consumo Nacional e Regional de Óleo diesel*, Ajax R. B. Moreira, outubro 1996, 36 p.
- Nº 444 - *Aspectos Institucionais e Regulatórios da Integração de Transportes do Mercosul*, Newton de Castro e Philippe Lamy, outubro 1996, 97 p.
- Nº 445 - *Liberation, Stabilization and Poverty in Latin America During the 1990's*, André Urani, outubro 1996, 38 p.
- Nº 446 - *Um Modelo de Previsão do PIB, Inflação e Meios de Pagamento*, Ajax R. Bello Moreira, Antonio Fiorêncio, Hedibert Freitas Lopes, novembro 1996, 36 p.
- Nº 447 - *A Estrutura a Termo da Taxa de Juros: Uma Síntese*, José W. Rossi, novembro 1996, 46.
- nº 448 - *A Evolução e Crise da Dívida Pública Estadual*, Anna Ozorio de Almeida, novembro 1996, 44 p.
- Nº 449 - *Estimação de Hiperparâmetros em Modelos de Previsão*, Hedibert Freitas Lopes e outros, dezembro 1996, 39 p.
- Nº 450 - *Proporcionalidades e Exclusão no Sistema Político-Eleitoral Brasileiro*, Paulo Tafner, dezembro 1996, 39 p.
- Nº 451 - *Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) - redistribuição da carga tributária e elasticidades*, Marcelo Piancastelli e outros, dezembro 1996, 33 p.
- Nº 452 - *Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro: uma Avaliação Empírica*, Ricardo Paes de Barros e outros, janeiro 1997, 46 p.
- Nº 453 - *A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero*, Ricardo Paes de Barros e outros, janeiro 1997, 40 p.
- Nº 454 - *Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades*, Ricardo Paes de Barros e outros, janeiro 1977, 59 p.
- Nº 455 - *A Cost. -Benefit Analysis of Deforestation in the Brazilian Amazon*, Lykke E. Andersen, janeiro 1997, 44 p.
- Nº 456 - *Ipeadata (Circulação Interna)*, Eustáquio J. Reis e outros, janeiro 1997, 202 p.
- Nº 457 - *É Possível uma Política para o Setor Serviços?* Hildete Pereira de Melo e outros, janeiro 1997, 27 p.
- Nº 458 - *As Agências Federais de Crédito e as Prioridades do Governo Federal*, José Romeu de Vasconcelos, janeiro 1997, 74 p.
- Nº 459 - *Qualidade Total: Afinal, de que Estamos Falando?*, Lenita Maria Turchi, 40 p.
- Nº 460 - *Desigualdades Regionais: Indicadores Socioeconômicos nos Anos 80*, Lena Lavinas e outros, fevereiro 1997, 48 p.
- Nº 461 - *Problemas da Gestão Ambiental na Vida Real: A Experiência do Rio de Janeiro*, Sergio Margulis e outros, fevereiro 1997, 27 p.
- Nº 462 - *Quality Change in Brazilian Automobiles*, Renato Fonseca, fevereiro de 1997, 49 p.

Nº 463 - *The Variance of Inflation and the Stability of the Demand for Money in Brazil: A Bayesian Approach*, Elcyon Caiado Rocha Lima e outros, março 1997, 33 p.

Nº 464 - *Análise de Intervenção via Estimação Clássica e Bayesiana de Fatores de Desconto: Uma Aplicação para o Índice da Produção Industrial no Brasil*, Elcyon Caiado Rocha Lima e outros, março 1997, 26 p.

Nº 465 - *O ICMS Sobre as Exportações Brasileiras: uma Estimativa da Perda Fiscal e do Impacto Sobre as Vendas Externas*, Honorio Kume e outros, 30 p.

Nº 466 - *Desigualdade Regionais e Retomada do Crescimento num Quadro de Integração Econômica*, Lena Lavinias e outros, 37 p.

RELATÓRIO INTERNO - RI

Coordenação de Política Macroeconômica - CPM

Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDI

Coordenação de Política Social - CPS

Coordenação de Política Setorial - CPSe

Diretoria Executiva

Diretoria de Pesquisa

Diretoria de Políticas Públicas

CADERNO DE ECONOMIA - CE

DOCUMENTO DE POLÍTICA - DP

SÉRIE SEMINÁRIOS*

A Série Seminários tem por objetivo divulgar trabalhos apresentados em seminários promovidos pela DIPES/IPEA.

Nº 01/96 - *A Guide to Living Standards Measurement Study Surveys and Their Data Sets*, Margaret E. Grosh e Paul Glewwe, março 1996.

- Nº 02/96 - *Modelos de Geração de Emprego Aplicados à Economia Brasileira - 1985/95*, Sheila Najberg e Solange Paiva Vieira, maio 1995.
- Nº 03/96 - *O Impacto da Abertura Comercial sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro*, Ricardo Paes de Barros e outros, junho 1996.
- Nº 04/96 - *Gastos Sociais e Pobreza no Brasil*, Banco Mundial e Divisão de Operações de Recursos Humanos, julho 1996.
- Nº 05/96 - *A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero*, Ricardo Paes de Barros e outros, julho 1996.
- Nº 06/96 - *Renda Mínima: Uma Avaliação das Propostas em Debate no Brasil*, André Urani, julho 1996.
- Nº 07/96 - *Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais*, Ricardo Paes de Barros e outros, julho 1996.
- Nº 08/96 - *Crescimento Endógeno, Distribuição de Renda e Política Fiscal: Uma análise Cross-Section para os Estados Brasileiros*, Victor Duarte Lledó, julho 1996.
- Nº 09/96 - *Desemprego Regional no Brasil: Uma Abordagem Empírica*, Carlos Henrique Corseuil e outros, julho 1996.
- Nº 10/96 - *Social Returns to Investments in School Quality in Brazil*, David Lam e outros, agosto 1996.
- Nº 11/96 - *Effects of Schooling on Fertility and Investment in Children, with Evidence from Brazil*, David Lam, julho 1996.
- Nº 12/96 - *Roads to Equality Wealth Distribution Dynamics With Public-Private Capital Complementary*, Francisco H. G. Ferreira, agosto 1996.
- Nº 13/96 - *El Régimen de Seguridad Social en Cuba: Problemas y Alternativas de Solución*, Maria Cristina Sabourin Jovel, agosto de 1996.
- Nº 14/96 - *A Estrutura do Desemprego no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e outros, agosto 1996.
- Nº 15/96 - *O Crescimento dos Serviços no Brasil: Considerações Preliminares*, Hildete Pereira de Melo e outros, setembro 1996.
- Nº 17/96 - *Renda e Pobreza: os Impactos do Plano Real*, Sônia Rocha, setembro 1996.
- Nº 18/96 - *Growing Apart: Inequality and Poverty Trends in Brazil in the 1980s*, Francisco H. G. Ferreira e Julia A. Litchfield, setembro 1996.
- Nº 19/96 - *Determinantes da Pobreza no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e outros, setembro 1996.
- Nº 20/96 - *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, setembro 1996.
- Nº 21/96 - *A Relação entre Educação e Salários no Brasil*, Lauro Ramos e Maria Lucia Vieira, setembro 1996.
- Nº 23/96 - *Determinantes da Evolução da Estrutura do Desemprego no Brasil: 1986-1995*, Carlos Henrique Corseuil e outros, outubro 1996.
- Nº 24/96 - *Heterogeneidade e Desigualdade Salarial no Setor de Serviços*, Mônica Viegas Andrade e outros, outubro 1996.
- Nº 25/96 - *O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza*, Ricardo Paes de Barros e outros, outubro 1996.
- Nº 26/96 - *Regulação e Padrões de Reajuste Salarial: Uma Análise Longitudinal*, Marcelo Neri, outubro 1996.
- Nº 27/96 - *The Effects of Openness on Industrial Employment in Brazil*, Gustavo M. Gonzaga, outubro 1996.

Nº 28/96 - *Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização*, Marcelo Neri e outros, novembro de 1996.

Nº 29/96 - *The Economics of Compliance with Labor Legislation - a theoretical assessment with application to Brazilian data*, João Carlos Scandiuzzi, novembro 1996.

*Anteriormente chamada de "Seminários sobre estudos sociais e do trabalho".

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

330.908 LAVINAS, Lena et al. - Desigualdades
I59 regionais e retomada do crescimento...
TDI466 Tombo: 22259-3

IPEA-21

Desigualdades regionais e



22259-3

IPEA - BSB